

DÍVIDA EXTERNA



VOCÊ ACEITA PAGAR A CONTA?

O Brasil deve 108 bilhões de dólares aos bancos internacionais. E quanto mais paga (enviamos ao exterior mais de 1 bilhão de dólares a cada mês), mais

deve. Sem dinheiro em caixa, o governo suspendeu parcialmente os pagamentos. Mas já procura negociar com a comunidade financeira internacional

formas de "honrar" os empréstimos, sem antes investigar a fundo a natureza e legitimidade (que hoje está sob suspeita) da dívida. Leia a respeito nas páginas 4 e 5.

EDITORIAL

Palavras e fatos

O governo, e os conservadores dizem que o presidente não pode ser colocado sob a tutela da Constituinte. Mas onde existe esta tal tutela? O que existe é o direito da Constituinte, que na própria convocação foi qualificada como livre e soberana, de alterar todas as instituições do país - inclusive os direitos, deveres, prerrogativas e tarefas do chefe do governo. Enquanto isto, de fato, o que se vê é a tentativa do governo de intervir na Assembléia nomeando o deputado Carlos Sant'Anna como líder do governo na Câmara mas com inegável função de atuar como tal na Constituinte.

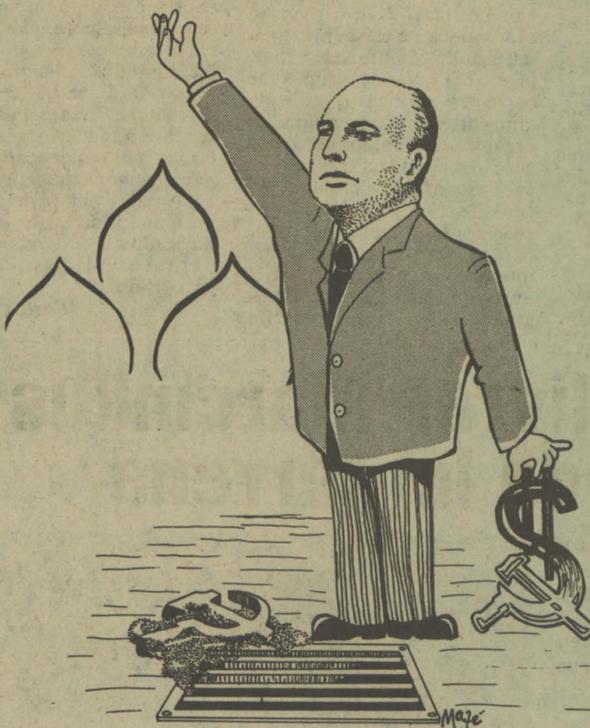
Tudo na verdade revela a intenção de limitar a Constituinte, de impedir a formulação de uma Carta Magna realmente moderna, nova, democrática, de acordo com o anseio da imensa maioria dos brasileiros. A própria discussão do regimento interno se transformou numa manobra para solapar a sua autoridade. A soberania da Constituinte devia ser uma questão preliminar - aliás já definida na convocação, como livre e soberana. Mas na prática se chegou à esdrúxula situação de subordinar esta soberania a uma questão de ordem regimental.

Os conservadores, entretanto, têm encontrado obstáculos. As correntes democráticas, contando com o respaldo da opinião pública, têm levantado a voz para denunciar a sabotagem e exigir mudanças. Mas é forçoso reconhecer que esta atividade parlamentar não têm ainda encontrado apoio em manifestações públicas de peso. A experiência das jornadas das diretas-já indica que com o povo nas ruas as forças progressistas multiplicam sua capacidade de ação no parlamento. As iniciativas para criar as plenárias ou comissões por uma Constituinte avançada estão na ordem do dia. Atuar neste sentido é uma tarefa urgente de todo trabalhador consciente.

Teoricamente a Constituinte poderia aprovar a nova Carta Magna nesta semana, por exemplo. E ao fazê-lo, revogaria integralmente a Constituição em vigor, imposta pela Junta Militar em 1969. No entanto, o governo e os setores mais conservadores pretendem negar à Constituinte o direito de revogar, durante a elaboração da nova Carta, dispositivos da Constituição que representam entraves ao estabelecimento de um clima democrático mínimo no país. Fica evidente o esforço da burguesia para prolongar artificialmente a vigência de normas autoritárias herdadas da ditadura.

O governo diz que a intenção de certas correntes é a de encurtar o mandato do presidente da República. Pode ser, de fato, que existam articulações neste sentido. Mas a questão do prazo é secundária. Embora Tancredo Neves houvesse firmado o compromisso de fixar o seu próprio mandato em quatro anos. O essencial, que o governo e os conservadores pretendem dificultar, é o estabelecimento de um novo sistema de governo, com o fim do presidencialismo e a implantação de um governo de co-responsabilidade, como propõem correntes progressistas de peso.

O governo, e o próprio senador Fernando Henrique, dizem que não se pode criar o "autoritarismo da Constituinte". Isto equivale a jogar areia nos olhos dos trabalhadores. A Constituinte, para elaborar a nova lei maior do país, deve estar investida de plenos poderes - e foi eleita com esta finalidade. Enquanto isto, já se acumulam para análise do Legislativo, 124 decretos-leis do Executivo (sem contar os últimos que dizem respeito aos aluguéis e outros reajustes). Este autoritarismo, que vem do regime militar, é que precisa ser urgentemente barrado.



Para onde vai a URSS da "era de Gorbatchev"?

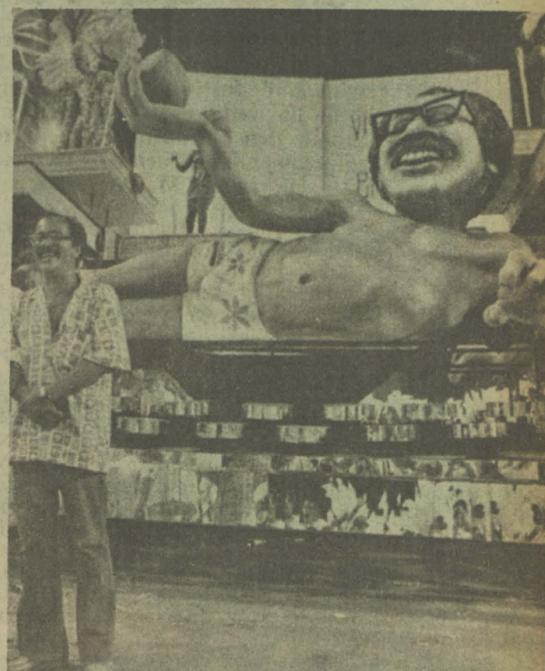
A pretexto de modernizar e tornar competitiva a economia da URSS, o líder soviético aumenta a autonomia das empresas e manda às favas a planificação estatal, na política do *glasnost* (transparência). P. 2

Constituinte: adiada a votação do regimento interno

Saiba como a decisão final ficou para 10 de março. Veja por que o PMDB mostra-se impotente para enfrentar as chantagens do PFL. E conheça a tática da direita para manter inalterada a Constituição atual. pág 3

Betim: Metalúrgicos elegem direção sindical

A Chapa 2, formada por jovens lideranças de fábricas e alguns integrantes da atual diretoria, derrotou as duas chapas da CUT. A nova direção defende a unidade da categoria em torno do sindicato, "que não se vergará aos patrões". Página 6



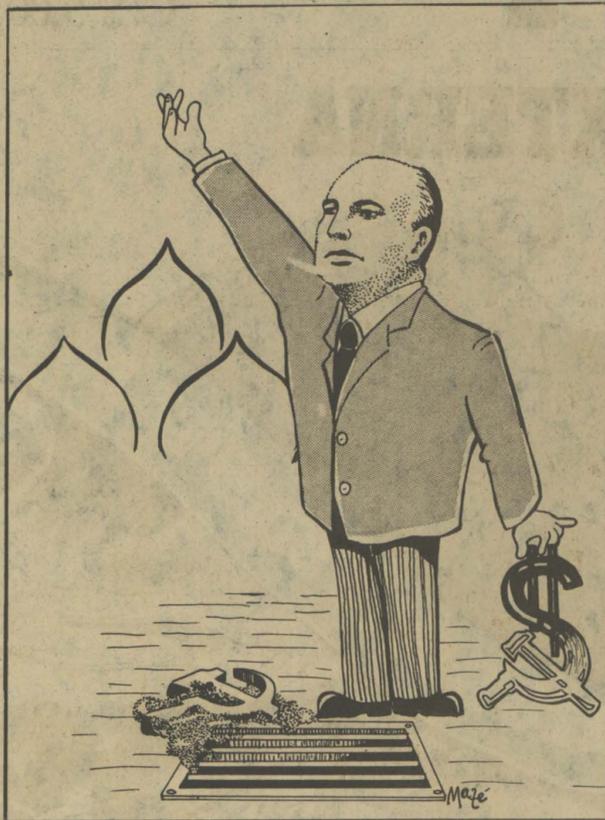
João Ubaldo foi homenageado pela Império da Tijuca

A voz do povo nas escolas de carnaval

Sambistas e passistas driblam a política oficial do turismo e cantam o povo no Sambódromo. Pág. 8

O que transparece das reformas de Gorbatchev?

Uma ofensiva publicitária sem precedentes tem marcado a política de "transparência" (*glasnost*) desencadeada pelo dirigente da União Soviética, Mikhail Gorbatchev. Líderes políticos reacionários e artistas consagrados são chamados a Moscou para ver de perto a "era Gorbatchev". Agentes da propaganda soviética, como o escritor E. Evtuchenko, percorrem o mundo para ganhar apoio à política do Kremlin. Mas as mudanças causam também resistência e descontentamentos - na URSS e em outros países. Afinal, o que transparece da *glasnost*?



Gorbatchev diz que suas reformas visam "converter nosso país em um modelo de Estado altamente desenvolvido, em uma sociedade com a economia mais avançada, a democracia mais ampla, a ética mais elevada e humana". Nobres objetivos, portanto. Ao menos nas palavras. Vejamos os fatos.

No campo econômico, ele advoga que "as tarefas complicadas e de grande envergadura necessárias ao país reclamam um conseqüente e indeclinável desenvolvimento da autogestão socialista". Ou seja, quer maior autonomia para os dirigentes das fábricas decidirem sobre produção e qualidade dos produtos, política de salários, demissões etc. Ora, a autonomia para os dirigentes das fábricas põe abaixo a planificação estatal da economia. Possibilita, de outra parte, a consolidação da concorrência e a disputa pelos mercados dentro da própria URSS, fazendo escorregar pelo ralo o projeto de construção da sociedade socialista.

Ainda na economia, o líder do Kremlin quer presença maior do capital estrangeiro no país. Para atrair as multinacionais, anunciou a liberação da associação de empresas estrangeiras com as soviéticas (*joint ventures*). As múltiplas poderão ter até 49% das ações das empresas, ficarão livres de impostos "por vários anos", terão total independência com

relação aos planos estatais da economia, poderão competir no mercado interno e externo com as empresas soviéticas, e terão a remessa de lucros para suas matrizes facilitada. O leitor deve ter notado que esta via de atração de capitais internacionais (na verdade, exploradores estrangeiros) nada mais é do que a já existente em países capitalistas, mesmo aqueles que nem de longe passaram por uma experiência socialista, como o nosso Brasil...

Vale abordar também a militarização da economia. Embora a direção do PCUS tenha reforçado sua ênfase no sentido de se apresentar como o grande baluarte da paz, no momento mesmo em que se realizava em Moscou, com grande aparato propagandístico, um "Fórum internacional por um mundo não-nuclear e pela sobrevivência", em Genebra o representante soviético na "Conferência sobre o desarmamento", Yuli Vorontsov, afirmava que "o objetivo norte-americano é ter superioridade militar. Nós não desejamos ser os primeiros, mas se eles insistirem na corrida armamentista nós o seremos".

Em janeiro, numa reunião do Comitê Central, Gorbat-

chev propôs voto secreto e pluralidade de candidaturas para todos os níveis da direção do PCUS. "Esta é a melhor maneira de as reformas econômicas aprovadas no 27º Congresso (de março de 1986) chegarem à esfera política". Logo em seguida, na pequena cidade mineira de Donetsk, Ucrânia, três candidatos disputaram a direção do Konsomol (organização da juventude comunista).

CORRENTES NO PARTIDO

Se, na sociedade, o voto secreto e a pluralidade de candidaturas são avanços alcançados pelo movimento social, o mesmo não se pode dizer quando isso ocorre no Partido Comunista. O PC é a organização política da classe operária, seu Estado Maior. Nele não há lugar para vários grupos ou correntes políticas que disputam entre si a hegemonia da organização. Então, por que a eleição secreta no PC? O que há para esconder, e de quem? Na verdade, esta medida preconizada por Gorbatchev faz transparecer, isto sim, as disputas intestinas vividas pelo PCUS, onde um ala apóia as reformas atuais, outra - ligada ao fale-

cido Brejnev - resiste a essas mudanças, e por aí vai. Gorbatchev quer o voto secreto para melhor conseguir o controle sobre o partido e o Estado - que ainda não domina de forma absoluta.

As liberalizações não ficam só ao nível do partido. Manifestações sionistas estão sendo toleradas em Moscou. O escritor anticomunista Boris Pasternack voltou a ser editado. Preparam-se mudanças na legislação referente aos direitos políticos. Essa "democratização", ao mesmo tempo que demonstra o quão distanciada estava a URSS de um verdadeiro socialismo (as massas trabalhadoras sem liberdade, os burocratas no poder com o controle da vida política etc.), possibilita também que as forças do capitalismo que prevalecem no país e as disputas entre elas apareçam mais abertamente. E o caráter do que aconteceu na URSS a partir do golpe revisionista encetado por Nikita Krushev ficará mais evidente também para o povo soviético.

TRILHA REVISIONISTA

Essa política colocada em prática por Gorbatchev segue, no fundamental, a senda revisionista inaugurada por Nikita Krushev, que também queria maior autonomia para as unidades produtivas em contraposição à planificação estatal; transformou o partido da classe operária em "partido de todo o povo"; substituiu a ditadura do proletariado por uma "ditadura de todo o povo" que levou a esse estado de coisas atual da URSS.

Os pressupostos de Gorbatchev e de Krushev são os mesmos: o marxismo "envelhecido", a revolução deve ser substituída por uma "transformação pacífica" do capitalismo em socialismo (artigo recente do "Pravda", órgão oficial do PCUS, afirma, inclusive, que revolução pode quebrar o equilíbrio político mundial, colocando em risco a "paz", e portanto deve ser evitada). Nada disso aponta para a construção de uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados, onde todos trabalhem e todos tenham direito a uma vida digna e feliz. A "era Gorbatchev" é a era da URSS buscando modernizar sua economia, nos moldes capitalistas, para melhor competir com os EUA na disputa pelo domínio do mundo, na busca de novos mercados e novos povos a explorar. E isso é anti-socialismo.

(Carlos Pompe)



Regan e Reagan: relacionamento abalado

"Conexão iraniana" mostra a podridão da Casa Branca

A Casa Branca está na defensiva. Após a demissão do chefe da Casa Civil, Donald Regan, o presidente Ronald Reagan teve que retirar a indicação de Robert Gates para a direção da CIA em substituição a William Casey. E o subsecretário de Estado para a América latina, Elliot Abrams, também está para cair.

São as repercussões do escândalo da venda ilegal de armas para o Irã e envio - também ilegal - de dinheiro para mercenários que tentam derrubar o governo sandinista, da Nicarágua - aliás, o dinheiro sumiu...

Em 26 de dezembro, Reagan nomeou os senadores John Tower e Edmund Muskie e o oficial da Força Aérea, Brent Scowcroft, para "investigar" o escândalo da "conexão iraniana". A comissão tinha por objetivo esvaziar iniciativa do Congresso de fazer sua própria investigação sobre o tráfico de armas. Mas não deu certo. O Congresso nomeou sua comissão, que está em atividade. Mesmo assim, a "Comissão Tower" divulgou agora o resultado de seus trabalhos.

Vale salientar, antes de tudo, o esforço deliberado de inocentar o patrão. Segundo a "Comissão Tower", o presidente "claramente não entendeu a natureza da operação em que esteve envolvido" - no caso, um atestado de incapacidade mental do dirigente principal da superpotência do Ocidente! E vai mais além: "O presidente Reagan não pretendia enganar o público ou encobrir atividades ilegais". Tower teve que encontrar ao menos um culpado para os atos ilegais. E afirmou no seu relatório: "O estilo de governo de Reagan deixa muitas responsabilidades a seus assessores. Donald Regan é o principal responsável pelo caos que desceu na Casa Branca".

DESGASTE DE REGAN

Regan aproveitou a deixa e logo nomeou Howard Baker para a chefia da Casa Civil, livrando-se de Regan. Mas as pressões da opinião pública, dos diferentes grupos que degladiam entre si dentro do Partido Republicano (o partido de Regan, Regan, Tower e Baker), e também do Partido Democrata - apostando no desgaste da Casa Branca, de olho na sucessão presidencial - não pararam, e a onda de demissões deve continuar. A retirada da indicação de Gates para chefiar a CIA, às vésperas

do exame de seu nome pelo Congresso, é indicio de que os ocupantes da Casa Branca ainda não tomaram pé da situação em que se lançaram com seus desmandos.

Para o Partido Democrata, o escândalo da "conexão iraniana" é uma fonte de desgastes contínuos para Reagan, quando se aproximam eleições presidenciais nos EUA - devem ocorrer no próximo ano. Além da pecha de incompetente que lhe passa a "Comissão Tower", o presidente tem sido vítima também de suas próprias trapalhadas. Quando o escândalo veio à tona, Reagan simplesmente tentou negar a existência da venda ilegal de armas. Depois que os atos ilegais ficaram comprovados, ele ainda elogiou o coronel Oliver North, um dos principais implicados no tráfico de armas e desvio de dinheiro, alcançando-o à posição de "grande patriota".

No dia 24 de novembro do ano passado, Reagan disse que não demitiria ninguém por causa do escândalo. Não passaram 24 horas, e ele viu-se obrigado a demitir o coronel North e o almirante John Poindexter. Os dois, antes de deixarem a Casa Branca, destruíram e adulteraram documentos, conforme confessou depois a assessora de North, Fawn Hall, misto de secretária, manequim e Mãe Hari ianque.

As coisas ainda não pararam por aí. O chefe da CIA, William Casey, que de início alegou desconhecer o escândalo, teve que depois admitir que chegou inclusive a usar parte do dinheiro arrecadado com a venda das armas em operações de espionagem e sabotagem mundo à fora. Casey sofreu um derrame cerebral e foi afastado da CIA. O ex-assessor de Segurança de Reagan, Robert McFarlane, tentou o suicídio com uma overdose de calmantes, um dia antes de depor perante o Congresso sobre o escândalo.

E em meio a esses caos - que a Comissão Tower tenta jogar nas costas de Donald Regan -, o presidente Reagan é acometido de súbita amnésia. Depois de ter confessado que deu permissão verbal para a venda ilegal de armas, voltou atrás em suas declarações e disse que "esqueceu" se havia ou não autorizado a tramóia... Um prato cheio para o Partido Democrata. Mas, mais que tudo, uma demonstração cabal de como é podre o sistema de poder da grande potência imperialista.

Vaticano quer livrar Marcinkus das garras da lei terrena

A Justiça italiana expediu mandado de prisão contra o arcebispo Paul Marcinkus, presidente do Banco do Vaticano (também chamado de Instituto de Obras Religiosas). A prisão decorre de um velho escândalo, que envolve a falência fraudulenta do Banco Ambrosiano, a morte de seu presidente por enforcamento, falências de outros bancos italianos e articulações com a Máfia e a maçonaria.

O Banco do Vaticano é a instituição que centraliza as finanças da Igreja Católica a nível mundial. Era o principal acionista do Banco Ambrosiano, que teve sua falência decretada em 1982, com um rombo de 1,4 bilhão de dólares. A participação do Vaticano, através da figura de Marcinkus, se dava da seguinte forma: O Banco do Vaticano tomava emprestado dinheiro do Ambrosiano, para destinar à instituições financeiras fictícias, supostamente controladas pelos católicos. Assim, encobriu-se um rombo, temporariamente, que chegou à cifra de 1,4 bilhão de dólares.

Como o presidente do Banco Ambrosiano era ligado à loja maçônica P-2 (financiadora da ultra-direita na Itália e na América Latina), dá para concluir para onde o dinheiro ia. Tudo com o aval do arcebispo Paul Marcinkus.

O escândalo tomou proporções maiores quando, semanas depois de decretada a falência do Ambrosiano, seu presidente, Roberto Calvi, foi encontrado enforcado sob uma ponte em Londres. Até hoje não se sabe como se deu esse enforcamento, se foi suicídio ou assassinato.

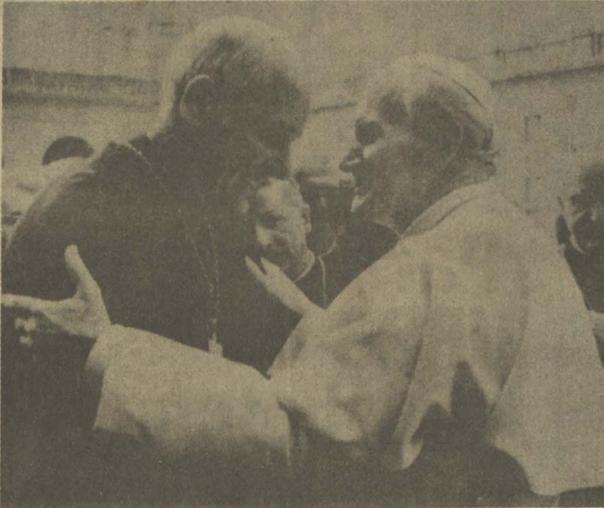
Junto com Marcinkus foram condenados outros funcionários do Banco do Vaticano, envolvidos nesse escândalo e em outros do mesmo tipo.

MARCINKUS E O PAPA

O arcebispo Marcinkus é figura conhecida no Vaticano por outras suspeitas. Nomeado pelo Papa Paulo VI para ocupar o cargo de presidente do Banco, Marcinkus controla o dinheiro proveniente da contribuição dos 800 milhões de fiéis à religião. Com esse dinheiro, a Igreja Católica é acionista de diversas empresas multinacionais e bancos europeus (como era o caso do Ambrosiano).

Ao assumir o cargo, o papa João Paulo I quis verificar o funcionamento do banco e a atuação do seu presidente. Não conseguiu, pois morreu logo depois de assumir o cargo. Há suspeitas de que sua morte foi provocada por envenenamento e novamente com envolvimento do arcebispo Paul Marcinkus, temeroso de suas atividades serem postas à nu.

Hoje, o relacionamento de Marcinkus com o atual papa, João Paulo II, é dos melhores.



Marcinkus e o papa: buscando apoio para livrar-se da justiça

Por seu físico avantajado e por andar sempre ao seu lado, é conhecido como o "guarda-costas do papa".

VATICANO PROTEGE CRIMINOSO

Sendo uma nação independente, o Vaticano não é obrigado a extraditar o arcebispo para que cumpra a pena na Itália. Aliás, a tendência é do Vaticano proteger Marcinkus.

O porta-voz do Vaticano, Joaquim Navarro declarando-se "surpreso com a ordem de prisão", disse que o Vaticano rejeita o mandato de prisão da

Justiça italiana, argumentando que ele "foi feito muito depois do escândalo, e sem novas provas". Assim, segundo seu raciocínio, deve prevalecer os termos do tratado entre o Vaticano e a Itália, assinado na década de 30 entre o papa Pio XII e o então ditador da Itália, Mussolini. O tratado diz que os poderes italianos não interferirão na sede da Igreja Católica.

Tratados à parte, o que se deduz é que o Vaticano está temeroso de que a prisão de Marcinkus abra espaço para novas denúncias de corrupção.

(Dennis de Oliveira)

Tribunal militar sionista julga a brasileira Lamia

Teve início no dia 28 de fevereiro, na cidade de Nablus, Cisjordânia, o julgamento da brasileira Lamia Maruf Hassan. Lamia está sendo julgada por um tribunal militar de Israel, acusada de participação no seqüestro e morte do soldado israelense David Manós, em 1984. Ela é acusada, ainda, de ter participado de "atos terroristas" (é assim que os sionistas de Israel denominam a resistência patriótica dos povos árabes).

Lamia, filha de palestinos radicados em São Paulo, casou-se com o professor e comerciante Taufic Abdul, passando a viver na Cisjordânia - território ocupado militarmente por Israel. Taufic é militante do grupo Al Fatah, e foi condenado a prisão perpétua, em outubro último, no mesmo processo em que Lamia, agora, está sendo julgada. Também está sentada no banco dos réus uma prima de Lamia, Zahira, da aldeia de Deir Balut, igualmente acusada pelo seqüestro e morte do soldado Manós.

A brasileira e seu marido

foram presos no início do ano passado. Taufic foi barbaramente torturado. Lamia foi jogada em lugares bem úmidos e sujos nas várias prisões por que passou. O Exército sionista chegou inclusive a discutir se dinamitaria ou não a casa onde Taufic e Lamia moravam, tamanho o ódio que nutrem pelos palestinos suspeitos de resistirem ao domínio de Israel.

REGIME DE TERROR

A advogada de Lamia, Felícia Langer, está pessimista com relação ao resultado do julgamento: "eles decidiram condenar Lamia por assassinato", comentou, depois de seis horas de trabalho diante do tribunal militar. Dois delegados da Cruz Vermelha e um representante da Embaixada do Brasil em Israel estão assistindo ao julgamento. Os militares decidiram adiar indefinidamente o veredicto da brasileira, de apenas 20 anos de idade. Assim, enquanto os sionistas ficam em silêncio sobre a sentença, Lamia continua encarcerada.



Dr. Lyra, de terno escuro, à esquerda, sempre junto de Dutra, a serviço da Light

O lobby da Light na Constituição de 1946

Lobby se tornou uma palavra corriqueira na imprensa. Tenta-se passar a idéia de que estes grupos de pressão, em geral, a serviço do grande capital, são perfeitamente naturais na atividade democrática. Um exemplo histórico, que serve para ilustrar o caráter nocivo deste instrumento, é o da Light.

A Light, desde o seu estabelecimento no Brasil, primou pelo desrespeito às normas contratuais e por pressões sobre o governo para obter mais vantagens ou impedir punições para seus crimes. Na Constituinte de 46, recorreu a deputados e senadores corrompidos, mobilizou os meios de comunicação e, em particular, usou os serviços de Pereira Lyra, ex-consultor jurídico da empresa, que foi nomeado diretor do Departamento de Segurança Federal - cargo que abrangia a chefia de polícia da capital federal.

Em agosto de 1946, diversos protestos estudantis e populares foram realizados contra a carestia de vida e contra a falta de produtos no comércio. Nas manifestações de 30 de agosto principalmente, a Light espalhou provocadores entre os manifestantes, com a função de estimular tumultos e quebra-quebras. Chegou a ceder bondes especiais para o deslocamento dos grupos.

PROVOCAÇÕES

Imediatamente surgiram boatos de "estado de sítio", de supressão da soberania da Constituinte e até de seu fechamento. Por sua vez, sob o comando de Pereira Lyra, a polícia usou e abusou da violência, prendeu jornalistas que se opunham aos interesses da Light e até um deputado. Neste mes-

período, este agente da Light havia determinado a apreensão de várias edições da "Tribuna Popular" e a repressão violenta da greve dos trabalhadores da multinacional canadense. Pereira Lyra promoveu também uma reformulação nos quadros da polícia, readmitindo elementos espancadores e corruptos que haviam sido afastados em período anterior.

Coincidentemente, nos dias 30 e 31 de agosto estavam sendo votados na Constituinte os artigos 151, 152 e 153, que tratavam do regime das empresas concessionárias de serviços públicos - entre elas a Light.

As pressões da Light foram recompensadas. O artigo 151 passou a dizer: "A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos". Mas a proposta original era: "A lei regulará a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos". Em relação às tarifas, a proposta original era: "Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão a fim de que, calculadas com base no custo histórico, os lucros das concessionárias, não excedendo a justa remuneração do capital, lhes permitam atender às necessidades de melhoramento e expansão destes serviços". Mas a redação final ficou: "Será

determinada a fiscalização, ... a fim de que os lucros das concessionárias, não excedendo a justa remuneração do capital..."

JOGO SUJO

Caiu a nacionalização e caiu o custo histórico. Custo histórico é aquele que leva em conta o capital originalmente investido e a sua depreciação. O critério da justa remuneração do capital é evidentemente subjetivo e é determinado pela pressão realizada pela empresa - este foi o que prevaleceu. No artigo 153 também caiu a proposta de que "a lei regulará a nacionalização das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país".

O lobby da Light funcionou. Seus interesses foram garantidos pelo clima de insegurança criado. Além dos constituintes diretamente atrelados às multinacionais, muitos outros aceitaram as imposições, acovardados com a hipótese de uma ditadura através de um golpe militar.

A democracia prevê o choque aberto de opiniões. A mobilização de massas, para pressionar em favor de seus interesses é perfeitamente válida nestas regras do jogo. Mas a atividade por baixo do pano, as manobras, as intimidações, a corrupção, merecem mais dura condenação. São os lobbies, procedimentos usados pelos grandes grupos e pelas multinacionais, para assegurar privilégios que não podem ser expostos abertamente diante da opinião pública.

O presidente apresenta o seu programa no Congresso

O presidente Sarney enviou ao Congresso Nacional, por ocasião da reabertura do órgão no último dia 1º, uma longa e otimista mensagem. Nela, ele descreve as linhas gerais do programa de seu governo e do regime que, por força da repetição e do costume, tornou-se convenção chamar de Nova República.

No documento, que pode ser considerado um resumo do projeto de governo da grande burguesia brasileira, o presidente procura sintetizar os objetivos da Nova República lembrando os compromissos que assumiu, de "rejeição a recessão e ao desemprego como meio de combate à inflação; combate à pobreza e maior equidade na distribuição de renda; postura independente e responsável na negociação da dívida".

REALIDADE OU RETÓRICA

Em que medida as promessas enumeradas por Sarney correspondem à realidade? No que tange ao primeiro item, "rejeição a recessão e ao desemprego como meio de combate à inflação", não há como negar que existe efetivamente uma intenção de governo no sentido de concretizá-lo.

Teoria e prática, contudo, nem sempre estão em harmonia. As medidas que vêm sendo adotadas no campo econômico, em especial desde novembro passado (com destaque para o Cruzado 2), foram norteadas pela evidente e declarada finalidade de conter o crescimento da economia, não há como negar que possuem caráter recessivo. Convém acrescentar que o presidente é mais ambicioso, compreendendo a "rejeição à recessão" como uma meta permanente, expressa no crescimento ininterrupto da produção. Propósito louvável, sem dúvidas, mas que de forma alguma pode ser alcançado nos limites do arcaico modo de produção capitalista.

Quanto ao "combate à pobreza e maior equidade na distribuição da renda", ao lado de declarações sobre a necessidade de aumentar os valores reais

das remunerações dos trabalhadores - inegavelmente contraditórias com a atual política de arrocho salarial -, a mensagem enviada ao Congresso menciona uma série de iniciativas paternalistas. Embora necessárias - distribuição gratuita de leite às camadas mais miseráveis da população e outras do gênero - não garantem um avanço significativo no "combate à pobreza".

Por fim, Sarney entende como materialização de uma "postura independente e responsável na negociação da dívida" a atual tática do seu governo (veja matérias a respeito nas páginas 4 e 5). Em poucas palavras, a pretensão é, "a longo prazo, reduzir o peso dos encargos da dívida relativamente ao Produto Interno Bruto". Isto ocorreria fundamentalmente por meio da transformação de parte dos juros em novos empréstimos, implicando em endividamento maior. O que, em certo sentido, não difere muito do que foi feito na época do Delfim Netto e está muito distante de uma postura realmente "independente e responsável".

Constituinte: a direita mostra os dentes

Plenário da Constituinte, 24 de fevereiro: Vai entrar em votação o regimento interno. O novo anteprojeto preparado pelo senador Fernando Henrique para ser submetido à apreciação dos constituintes restringe significativamente a soberania da Assembléia. Não inclui a revogação dos decretos-leis, das Medidas de Emergência e de outros poderes excepcionais que o Executivo ainda preserva. Mantém apenas um instrumento - o parágrafo 7º do artigo 57 - que prevê, genericamente, a possibilidade de mudanças constitucionais durante os trabalhos da Constituinte. Através de longas negociações ocorridas dias antes a cúpula peemedebista e o grupo "prosoberania" cederam às pressões do PFL.

Mas a direita ainda não está satisfeita. Seus articuladores consideram que mesmo o artigo 57 é uma ameaça. Invocando uma desavença regimental o líder do PFL, José Lourenço, orienta sua bancada a retirar-se do plenário. Além deles saem os constituintes do PTB e do PDS. E sai um contingente razoável da bancada do PMDB. Não há quórum para aprovar o regimento interno, a sessão é suspensa e a decisão fica adiada para a semana posterior ao Carnaval. A direita ganha uma importante batalha na guerra do regimento interno.

Ganharia outras nos dias que se seguiram. Em 3 de março os próprios líderes peemedebistas procuraram o líder do PFL para oferecer-lhe um acordo, modificando o anteprojeto de Fernando Henrique e limitando a possibilidade de alterar a Constituição atual às situações em que houver "ameaça concreta aos trabalhos da Constituinte". E no dia 4 de março José Lourenço apresenta novas exigências. Além de reduzir ainda mais a soberania, o PFL agora exige que o regimento elimine os projetos de iniciativa popular, a realização de audiências populares pelas comissões da Constituinte e qualquer tipo de consulta plebiscitária antes da aprovação do texto final da nova Carta. "Se o PMDB discordar, nós vamos 'bater chapa' no plenário" - ameaçou José Lourenço. "Se querem ser derrotados, nós estamos treinados nisso. Já os vencemos cinco vezes".

Por que o PMDB, que dispõe de maioria absoluta dos parlamenta-



res, do presidente e da maior parte da mesa diretora dos trabalhos da Constituinte submeteu-se a tamanha humilhação? Por que renunciou a cada uma das teses que defendeu durante a campanha eleitoral? Por que desceu degrau após degrau até assumir posições idênticas às do PFL?

Não é difícil encontrar as respostas. Na guerra do regimento, a direita soube apoiar-se em alicerces muito sólidos. O primeiro é a própria vigência da Constituição herdada dos governos militares. Para preservá-la os conservadores não precisam ganhar uma só votação em plenário. Basta apelar para manobras, como fizeram no dia 24 de fevereiro. Além disso, eles têm contado com firme apoio do Palácio do Planalto. Ainda no dia 24 parlamentares progressistas denunciaram que o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, pedia ostensivamente para que se retirassem do plenário os constituintes que fossem "amigos do Sarney". E depois ficou provado o envolvimento na manobra de pelo menos três ministros, Paulo Brossard, Aluisio Alves e Raphael de Almeida Magalhães.

Para vencer este conjunto de forças o PMDB precisaria de determinação política. Mas como, se por um lado ele mostra-se incapaz de afastar-se da sombra do Palácio do Planalto, e se por outro evita a todo custo aproximar-se da esquerda? Como, se poucos dias após a intromissão ostensiva do Executivo na Constituinte Ulysses Guimarães avistava-se com Sarney e comparava o encontro a uma "conversa de namorados"?

Tudo indica que o regimento será finalmente votado nos próximos dias 9 e 10. Resta saber se o conjunto da bancada peemedebista, reforçando do Carnaval, seguirá os acordos feitos por seus líderes com a direita. Alguns indícios davam conta, quando fechávamos esta edição, que pode haver alguma revolta. O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, relatou a Tribuna que a intromissão de enviados do Planalto nos trabalhos do dia 24 causou visível irritação entre inúmeros parlamentares. E no dia 2 de março o deputado Egidio Lima, influente em setores avançados do PMDB sugeria que procurará nas próximas votações um entendimento com os partidos progressistas.

Um exemplo de submissão peemedebista

A tabela, compara a primeira versão do anteprojeto preparada por Fernando Henrique com os regimentos das outras Constituições brasileiras. Na versão que seria votada em 24/3, depois de pressões dos partidos progressistas, várias exigências foram abrandadas.

	1.821	1.891	1.934	1.946	Relatório FHC
Requerimento de sessão extraordinária	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Um constituinte (Art. 54 - § 2º)	Um constituinte (Art. 37 - § 2º)	94 constituintes (Art. 33 - § 3º)
Prorrogar sessões	Não trata do assunto	Um constituinte (Art. 35)	Um constituinte (Art. 54 - § 4º)	Um constituinte (Art. 37 - § 4º)	94 constituintes (Art. 33 - § 5º)
Projetos de Resolução	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Um constituinte (Art. 54 - alínea B)	94 constituintes (Art. 53 - § 5º)
Requerimento de urgência	Dez constituintes (Art. 163)	Não trata do assunto	25 constituintes (Art. 95)	25 constituintes (Art. 62 - alínea C)	94 constituintes (Art. 62 - alínea B)
Verificação de votação	Um constituinte (Art. 125)	Um constituinte (Art. 51)	Um constituinte (Art. 80 - alínea H e Art. 86)	Um constituinte (Art. 61 - alínea H e Art. 70)	94 constituintes (Art. 68)
Modificar o Regimento	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	94 constituintes (Art. 79 - alínea B)
Votação em separado	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	56 constituintes (Art. 26-§4º e Art. 61)
Adiamento de discussão	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Um constituinte (Art. 80 - § 2º, alínea C)	Um constituinte (Art. 61 - § 2º alínea C)	56 constituintes (Art. 69)
Pedido de informação	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Um constituinte, sujeito a apoio (Art. 80 - § 3º)	Um constituinte, sujeito a apoio (Art. 61 - § 3º)	56 constituintes (Art. 60 - § 5º)
Discussão e votação imediata de mat. relevante	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	Não trata do assunto	96 constituintes (Art. 62 - § 4º)
Convocação de sessão secreta	Por decisão da Mesa (Art. 170)	Oito constituintes (Art. 40)	25 constituintes (Art. 62)	Trinta constituintes (Art. 45)	94 constituintes (Art. 45)

Deputado alagoano entra no PC do B

"Agora posso dizer com orgulho que meu partido político foi, e será até o último dia de minha vida o Partido Comunista do Brasil". Com estas palavras, e bastante emocionado, o deputado constituinte Eduardo Bonfim, de Alagoas, anunciou sua filiação ao PC do B no final de fevereiro. Seu ingresso formal ocorreu num clima de grande vibração, numa solenidade que contou com a presença de mais de 500 pessoas que lotaram o auditório da reitoria da Universidade Federal de Alagoas.

O ato teve a presença de inúmeros sindicalistas, dirigentes de várias entidades populares e estudantis e personalidades políticas - como o vice-prefeito de São Miguel dos Campos e o prefeito de Rio Largo, O governador eleito, Fernando Collor, se fez representar pelo futuro chefe de Gabinete Civil, José Barbosa. Renato Rabelo, da Direção Nacional do PC do B, também partici-



O constituinte Eduardo Bonfim mostra sua ficha de filiação no PC do B depois da solenidade, assim como a dirigente do Partido Comunista Reconstituído, de Portugal, Flora Silva.

Na oportunidade, outras duas importantes lideranças políticas alagoanas assinaram suas fichas de filiação: Alba Correia, que é presi-

dente da Associação dos Professores de Alagoas, e Luciano Barbosa. Depois de ser muito aplaudido, o deputado Eduardo Bonfim explicou que desde 1972 militava no PC do B, num período em que a militância era um constante estado de vida.

(da sucursal)

Entenda a moratória brasileira

A decisão de Sarney teve e ainda terá imensa repercussão interna e externa. Mas ela pode conduzir tanto à afirmação da soberania do país quanto à submissão completa aos interesses dos credores.

1 Os objetivos do governo são tímidos e conciliadores...

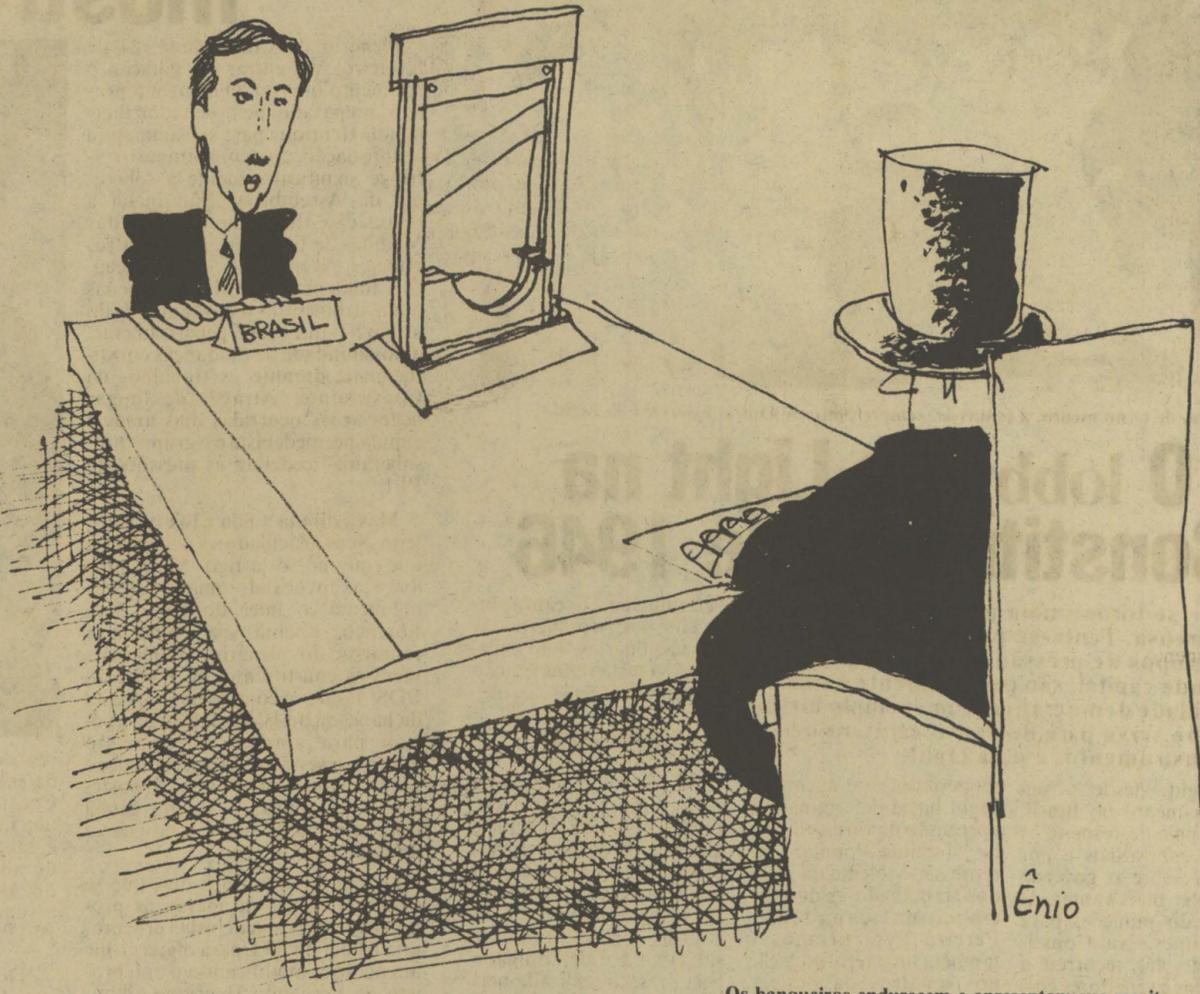
O presidente José Sarney atraiu a atenção do público nacional e internacional quando anunciou, no dia 20 de fevereiro, que o Brasil entrava em moratória frente aos bancos estrangeiros. Na mesma noite em que milhões de brasileiros ouviram Sarney garantir que o governo descarta definitivamente um ajuste recessivo na economia, uma pesquisa realizada pela "Folha de S. Paulo" demonstrou que 54% da população de S. Paulo apoiavam sua atitude, contra apenas 14% que eram contra.

O presidente disse também que a decisão não é um confronto com os credores, e de fato vários membros da equipe econômica do governo, incluindo o próprio ministro Dilson Funaro, iniciaram imediatamente negociações com a comunidade financeira internacional. No dia 3 de março, já em Londres, Funaro revelou à imprensa o que o governo pretende, em linhas gerais, com estas negociações: mais dinheiro emprestado dos governos estrangeiros e a **capitalização** dos juros devidos aos banqueiros, ou seja, sua transformação em novos financiamentos.

O ministro exemplificou: em 1987 o Brasil pagará de juros 12

bilhões de dólares. No tempo dos militares a conta era paga arrojando-se violentamente os salários, reduzindo o consumo interno de mercadorias e gerando em consequência mais sobras para exportações, com as quais se obtinham os dólares. Funaro diz rejeitar este mecanismo, e afirma que a economia do país não tem condições de gerar um superávit comercial (exportações menos importações) superior a 8 bilhões de dólares. Por isso, ele ameaça: ou os credores **emprestam** mais 4 bilhões em 87 ou os débitos não serão saldados.

Pode ser que a fórmula proposta pelo ministro possa evitar, ou ao menos amenizar, a recessão descartada por Sarney. Mas ela trará problemas graves no futuro. Primeiro, porque levará o total da dívida externa brasileira a níveis ainda mais astronômicos. Segundo, e mais grave, porque entre as propostas para a capitalização da dívida está uma que prevê sua transformação em **ações de empresas brasileiras**. O resultado final das pretensões do governo seria, nesse caso, a desnacionalização ainda mais profunda da economia nacional.



Os banqueiros endurecem e apresentam sua receita: submissão do Brasil ao FMI e política francamente recessiva

2 Mas esbarram nos problemas da comunidade financeira...

Há alguns anos não seria muito difícil para o governo brasileiro, ou de qualquer outro país dependente, obter 4 bilhões de dólares por ano no sistema financeiro internacional. Afinal, assim como os bancos brasileiros, os grandes bancos americanos, europeus e japoneses sobrevivem justamente graças aos juros e às outras taxas que cobram sobre o dinheiro que emprestam.

A partir de 1982, entretanto, os países que tinham acumulado dívidas gigantescas passaram a enfrentar terríveis dificuldades para pagá-las, devido inclusive à alta colossais nas taxas de juros. Os bancos estabeleceram então uma nova exigência para a concessão de empréstimos: eles querem **dirigir a economia** dos países a quem enviam dólares. Crêem que só assim será possível assegurar o pagamento dos valores emprestados. O Fundo Monetário Internacional - FMI - é, na quase totalidade das ocasiões, quem se encarrega de controlar os países devedores em nome dos bancos internacionais. A esse controle se dá o nome de **"monitoramento"**.

Quase todas as declarações emitidas por representantes dos credores do Brasil ou por membros dos governos com quem Funaro está negociando incidem num ponto: elas consi-

deram que a política através da qual o governo brasileiro administra a economia do país não é confiável. Afirmam que há uma onda de **consumismo exagerado**, e em consequência o país perdeu sua capacidade de exportar e gerar dólares; que o Estado brasileiro acumulou uma dívida externa muito grande por investir muito em programas sociais; e que há no país um clima político nacionalista e portanto hostil aos capitais estrangeiros.

Por isso os banqueiros têm repetido que não concederão mais empréstimos ao Brasil enquanto o país não concordar com o **"monitoramento"** da economia pelo FMI, ou, em último caso, não adotar por conta própria o que eles chamam de um "programa econômico austero".

A decisão brasileira causou mal-estar e dificuldades para estes banqueiros. Mesmo num momento em que as bolsas de valores de Nova York e de Londres têm acusado altas expressivas, as ações dos credores do Brasil caíram até 10% nestes centros, desde a moratória. E espalhou-se o temor de que, seguindo o exemplo brasileiro, outros países interrompam o pagamento de seus débitos, levando o sistema financeiro a uma grave crise.

3 ...E na posição retrógrada dos conservadores brasileiros

A direita reagiu de maneira desigual à moratória. Uma

parte dela preferiu ignorar o apelo popular da medida e par-

tir no primeiro momento para o ataque frontal a Sarney. "O presidente vai tornar-se presa das forças de esquerda e nacionalistas, das quais não mais se libertará" - previu o jornal "O Estado de S. Paulo". "O país igualou-se a uma república latino-americana" declarou o industrial Antônio Ermírio de Moraes.

Outros conservadores adotaram tática diferente. O senador Roberto Campos, conhecido por suas posições abertamente antinacionalistas, afirmou que a medida é positiva, desde que o presidente Sarney cumpra a promessa feita na TV ao adotar a moratória e reduza drasticamente as despesas do governo. O ex-ministro do Planejamento no governo Castello Branco, Otávio Gouvêa de Bulhões, disse que a moratória precisa ser acompanhada da eliminação de todos os subsídios, inclusive o do trigo. E o deputado Delfim Netto foi ainda mais longe: para ele é preciso apoiar a decisão de Sarney, já que o governo

torrou as reservas do país e não há como pagar o credores; mas é preciso ao mesmo tempo exigir um **choque ortodoxo** que inclua por exemplo desvalorizações constantes do cruzado frente ao dólar e o fim do galitão salarial.

Esse segundo setor da direita desenvolveu, dessa forma, um raciocínio complexo. Para ele a moratória deve ser utilizada justamente como um **alerta ao povo brasileiro**, para que todos se conscientizem que o país vive uma séria crise e que são necessários grandes sacrifícios internos. No fim das contas, a moratória, ao invés de um ato de soberania, seria a preliminar para submissão completa a todo o repositório apresentado pelos credores e pelo FMI. Talvez as declarações que expressem melhor este ponto de vista sejam as do vice-presidente da Fiesp, Nildo Masini; ao apoiar a "capitalização" da dívida, ele sugeriu que ela começasse com a privatização imediata da Eletrobrás, da Siderbrás e até mesmo da Petrobrás...

4 Os argumentos da direita não se sustentam...

Tanto os banqueiros e as autoridades estrangeiras como a direita brasileira constroem todos os seus argumentos a partir de uma velha tese, que vem sendo repetida diariamente há anos pela grande imprensa: a de que vivemos num país pobre, porém arrogante, onde o povo consome muito mais do que produz, onde ninguém é capaz de poupar no presente para construir um futuro melhor.

Basta saber ler com atenção as estatísticas para verificar a inconsistência dessas idéias. Primeiro, porque há vários anos, e à custa do sofrimento da maioria da população, o país produz **bem mais** do que consome. Apenas nos últimos cinco anos o saldo comercial brasileiro atingiu 43,6 bilhões de dólares, e é hoje o **terceiro maior do mundo**, segundo dados divulgados na semana passada pelo próprio ministro

Funaro. Para comparar: enquanto em 1986 o Brasil obteve um saldo positivo de 10 bilhões de dólares, os EUA, cujas autoridades cobram do governo brasileiro um esforço exportador ainda maior, acumularam um saldo negativo de 170 bilhões de dólares.

Segundo, porque a falta de investimento (de poupança)

está intimamente ligada ao fato de remetermos para o exterior boa parte da riqueza produzida aqui. Também nos últimos cinco anos remetemos 55 bilhões de dólares, o suficiente para construir cinco usinas como Itaipu. Nesse mesmo período, entretanto, o total da dívida aumentou de 100 para 108 bilhões de dólares.

5 ...E o movimento popular pode aproveitar-se da situação

A enorme repercussão da moratória, no Brasil e no exterior, a atenção que ela desperta entre o povo e as constantes e acirradas polémicas que gera entre as classes dominantes não podem ser desprezadas pelo movimento popular. Sua importância é tão grande que um comentarista conservador chegou a afirmar que Sarney havia "jogado todas as fichas na mesa": se atingisse os objetivos a que se propõe conseguiria amplo apoio político; se fracassasse dificilmente evitaria a interrupção abrupta de seu mandato.

O movimento popular precisa, antes de mais nada, combater decididamente as idéias e as ações cujo objetivo é implantar no Brasil as metas pretendidas pelos credores. São propostas que significam impor graves prejuízos ao povo e vincular ainda mais a economia brasileira ao sistema financeiro internacional, tornando-a ainda menos autônoma e dificultando ainda mais o controle da sociedade sobre a política econômica do país.

Além disso, é preciso acompanhar diariamente e exercer severa vigilância sobre as ações

do governo, denunciando qualquer tendência a ceder diante das pressões externas.

Para intervirem com precisão neste quadro complexo, as correntes progressistas podem levantar hoje duas reivindicações principais: **primeiro**, que a moratória decretada por Sarney se prolongue por tempo indeterminado, como forma de aliviar a economia brasileira de encargos insuportáveis que a dívida externa lhe impõe. **Segundo**, exigir uma **auditoria política** da dívida, que teria, evidentemente, alcance bem maior que a "auditoria técnica" anunciada por Funaro. Através da auditoria política, além de verificar se houve lisura contábil nas operações, seria possível examinar **com que finalidade** foi contraído cada empréstimo; **que parcela** da dívida já foi efetivamente paga; **que direito** têm os credores de elevar unilateralmente as taxas de juros, como fizeram ao longo dos anos; e por fim **qual a legitimidade** da política de endividamento profundo implantada durante duas décadas por um regime cujas ligações com o imperialismo eram evidentes. (Antônio Martins)

O Brasil não deve pagar o que já pagou muitas vezes

Nota da Direção Nacional do PC do B sobre a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

Desde há muito tempo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) defende a suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros. Em seu programa, registrado no TSE, declara que "o país não pagará dívidas usurárias e espoliadoras arbitrariamente contraídas e lesivas à economia nacional". Esta posição relaciona-se com a necessidade de o Brasil atacar as fontes estruturais da crise econômica-financeira, em agravamento permanente, e dar importante passo na luta contra a espoliação feroz do capital estrangeiro, imperialista, que atinge seriamente a soberania e a independência da Pátria.

Recentemente, o presidente Sarney tomou decisão suspendendo parcialmente o paga-

mento dos juros da dívida externa. É medida necessária, mas bastante limitada e incoerente. Sua afirmação de que suspende o pagamento dos juros unicamente para **negociar** com o credores e de que o Brasil pagará todos os seus compromissos não corresponde inteiramente aos interesses nacionais. Por que apenas os juros e não o principal, a dívida? Este ano, vencem 14 bilhões e 430 milhões de dólares de dívidas que não podem nem serem pagos. O governo, porém, afirma que procurará uma fórmula de amortização dos encargos financeiros no exterior, evidentemente sob a pressão dos credores que tentam por todos os modos estrangular a economia do nosso país.

A resolução governamental somente poderá dar frutos se acompanhada de decisões de maior alcance como: a suspensão também do pagamento da dívida; a realização de uma auditoria rigorosa para apurar tudo que se refira ao endividamento do Brasil de maneira a verificar se somos realmente devedores e em que nível; a interdição da retirada de capitais do país sob qualquer forma; inclusive a da remessa de lucros; a busca imediata de alternativas para as exportações brasileiras, livrando-as das **holdings** que atualmente controlam o nosso comércio exterior; a nacionalização de empresas estrangeiras que sabotem a produção com fins de fazer pressão em favor dos banqueiros internacionais.

O Brasil tem sido vítima de tremenda exploração do capital imperialista. Segundo reconhece o presidente Sarney, nos últimos cinco anos pagamos a fabulosa soma de quase 56 bilhões de dólares a título de juros, sangrando a economia nacional e atingindo duramente as condições de vida da população. Isto precisa acabar e só terminará com decisões corajosas e de profundidade. Os banqueiros e o governo norte-americano estão realizando verdadeira guerra econômica e comercial contra o Brasil. Procuram dobrar o país com retaliações de toda a ordem e encontram meios, se o governo resistir, por pouco que seja, de colocar no Palácio do Planalto, a curto prazo, quem melhor atenda às suas exigên-

cias.

O povo brasileiro não está de acordo com a orientação geral do governo Sarney que serve aos grandes capitalistas, aos banqueiros e fazendeiros, apóia-se no militarismo e nas forças conservadoras reacionárias e se empenha em influenciar decisivamente a elaboração de uma nova Carta Magna dissociada das mais profundas aspirações da grande maioria da nação. O povo deve organizar suas forças numa ampla frente a fim de criar condições que permitam ao movimento democrático e progressista transformar-se em alternativa de poder. Contudo, tem de estar vigilante face às manobras da direita ultra-reacionária e dos imperialistas dos Estados Unidos que, conlui-

dos, conspiram contra os interesses nacionais. Boa parte das classes dominantes não pode prescindir da presença espoliadora do capital estrangeiro, embora isto signifique a dependência cada dia maior do país e o pioramento das condições de existência de extensas massas da população. As conspirações precisam ser desmascaradas e as retaliações respondidas energicamente.

E hora de aprofundar a luta contra a espoliação do capital estrangeiro, contra as forças reacionárias e entreguistas, pela reforma agrária, em prol da democracia, por uma Constituição democrática e progressista. São Paulo, 23 de fevereiro de 1987. A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A incapacidade da burguesia

Lênin demonstrou que o imperialismo é a última etapa do capitalismo, a época em que estão maduras as condições para a revolução proletária. Nesta fase, a burguesia esgota a sua capacidade de encontrar soluções para os problemas sociais, é avessa às liberdades democráticas e tende para a reação em toda linha. Exemplo vivo desta incapacidade da burguesia é o que se passa em nosso país atualmente.

MEIAS MEDIDAS

O Brasil vive uma crise financeira aguda, que tem como centro a questão da dívida externa. Todas as correntes democráticas concordam que sem estancar a sangria de dólares para o exterior o país não pode se desenvolver. Cada dia é maior o número dos que colocam a dívida sob suspeita. Como foi contrada, onde foi aplicada, houve algum controle no seu emprego? Estas são perguntas ouvidas por todo lado.

Mas o governo, representante da grande burguesia, teme enfrentar o problema frontalmente. Anunciou a suspensão apenas parcial da remessa de juros para o exterior e logo declarou que a medida visa abrir espaço para negociar condições mais favoráveis para o pagamento da dívida. Parte da suposição de que deve pagar, avaliando implicitamente os acordos firmados pela ditadura, e pelo ministro Delfim Netto, com o capital estrangeiro. O povo exige a suspensão do pagamento da dívida e dos juros, uma auditoria rigorosa dos contratos assinados pelos generais e medidas enérgicas para uma reorientação da economia a fim de assegurar o progresso e a soberania nacional.

MEDO DA DEMOCRACIA

A crise econômica se reflete na política. E também neste terreno se revela o esgotamento da burguesia. O governo, sob pressão do movimento democrático que derrotou a ditadura, convocou a Constituinte. Mas teme o seu funcionamento e tenta amordaçá-la. Aliás, desde a convocação tomou cuidados para limitar o seu alcance.

Ocorre que se permitisse que a Constituinte fosse de fato livre e soberana, o governo possibilitaria que os grandes problemas nacionais fossem debatidos amplamente. E esta discussão é um fator de divisão das classes dominantes. A burguesia teme que com isto a representação popular na Constituinte, embora reduzida numericamente, pudesse explorar as brechas e alcançar vitórias no campo democrático. Daí, já na discussão do regimento interno, nota-se a intenção de sufocar o debate e liquidar rapidamente o processo de elaboração da nova Carta. Todos os esforços são no sentido de fazer funcionar o rolo compressor da maioria conservadora e aprovar no menor prazo possível o texto da Constituinte. A própria declaração de suspensão parcial do pagamento dos juros pode ser uma forma de sensibilizar a opinião pública e criar um clima favorável para fazer passar a Constituição nos moldes burgueses sem muita resistência.

Os trabalhadores devem estar atentos a estas manobras. A experiência ensina que a grande batalha contra a burguesia não se resolve de um só fôlego. Requer o desmascaramento radical do poder estabelecido e das forças intermediárias que lhe servem de massa de manobra. Exige igualmente a mobilização de todas as forças progressistas e das camadas vacilantes. Os combates na Constituinte não são suficientes para promover a passagem a uma nova ordem social mas constituem um fator da maior importância para a elevação do nível de consciência das grandes massas. A luta pelas liberdades democráticas, que a burguesia não pode tolerar, e por uma Constituinte livre e soberana, está intimamente ligada com a busca do socialismo, objetivo maior do proletariado.

(Rogério Lustosa)

Os ônus impostos à nação pelo pagamento da dívida

O pagamento da dívida externa tem provocado efeitos devastadores sobre a economia nacional. De um lado, implica na redução da taxa de acumulação de capital para efeito da expansão interna do sistema, com o agravante de que penaliza principalmente as empresas estatais. A burguesia reage a isto aumentando o grau de exploração dos trabalhadores, por meio do arrocho salarial.

Para compreender o significado e as conseqüências da dívida externa brasileira, é preciso investigar, antes de tudo, a origem da riqueza que é apropriada pelo capital financeiro internacional na forma de juros. Na verdade, as riquezas são geradas no sistema capitalista pelo trabalho produtivo dos assalariados e se distribuem fundamentalmente entre dois fatores distintos e contraditórios: lucros e salários.

O lucro provém precisamente da relação de exploração que o capitalismo mantém com o operário. Este recebe somente uma parte da riqueza que cria com o trabalho; a outra parte (que é trabalho não pago) fica com o capitalista, é chamada de **mais-valia**, que se transforma em lucro durante o processo de circulação do capital.

O lucro global produzido pelo sistema é distribuído entre os diversos setores em que o capital é aplicado (indústria, bancos, comércio), sendo que uma parcela é igualmente destinada ao governo, na forma de variados tributos. O lucro (ou, o que no caso vem a dar no mesmo, a **mais-valia**) é a mola mestra do capitalismo. É com o rendimento acumulado por meio do trabalho não pago que o capital se reproduz; o capitalismo replica parte do lucro para ampliar seus negócios, implantando novas fábricas, adquirindo outras máquinas e contratando mais operários.

Não é difícil observar que a um aumento da parte do lucro global que deve ser convertida em juros, corresponderá um declínio da participação relativa e absoluta dos outros setores, caso o bolo (isto é, o lucro global) permaneça do mesmo tamanho. Ocorre, conseqüentemente, uma queda na taxa de acumulação de capital dos outros segmentos.

Há, porém, a alternativa de aumentar o tamanho do bolo, de forma que mesmo havendo uma redução da participação relativa dos outros setores do capital, a quantidade absoluta dos lucros que eles abocanham permaneça a mesma ou

sofra um declínio menor.

O crescimento exagerado da dívida externa brasileira, acompanhado do pagamento de juros escorchantes, representou precisamente o aumento da participação do capital bancário nos lucros gerados no processo produtivo, com uma particularidade: a riqueza acumulada é obrigatoriamente transferida ao exterior, para os banqueiros estrangeiros, sendo, portanto, subtraída dos lucros destinados à expansão interna do capitalismo, ou seja, sacrificando o crescimento econômico.

Burguesia reage impondo o arrocho

É preciso dizer que a burguesia brasileira reagiu à tendência de declínio dos lucros para reinversão interna, forçando o crescimento do bolo. Este processo se deu (e, na verdade, ainda se dá) exatamente pela elevação da taxa de exploração dos trabalhadores, por intermédio, no caso, de um brutal arrocho salarial.

As estatísticas disponíveis evidenciam que o pagamento da dívida externa provocou (e provoca), de um lado, a redução da disponibi-

lidade de recursos (lucros) para reinvestimento interno; de outro, uma pressão violenta do capital sobre o trabalho no sentido de aumentar a taxa de exploração, arrancar um volume maior de **mais-valia** para compensar o aumento da participação do capital bancário no bolo.

Conforme informações do ministro Dilson Funaro, a dívida acarretou uma queda de 30% na poupança gerada no país. A evolução da taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (um indicador da Fundação Getúlio Vargas, que mede aproximadamente as aplicações em bens de capital e reflete, conseqüentemente, as inversões realizadas na manutenção e ampliação da capacidade produtiva) é também um bom sinal dos estragos produzidos: em 1987, a taxa era de 25,9% sobre o PIB; em 1985, caiu para 15,9%.

Quanto aos salários, o arrocho foi sentido por todos os trabalhadores ao longo dos últimos anos. A relação entre o custo unitário da força de trabalho (calculado pelo IBGE, dividindo a massa salarial pelo valor da produção na indústria de transformação) no Brasil e Estados Unidos desceu de uma base fixada em 100 em 1979 para cerca de 63 em 1986.

Estatais estão à beira da falência

A dimensão dos sacrifícios impostos à nação pelo pagamento da dívida fica ainda mais clara ao se observar que a redução dos lucros internos penalizou quase que exclusivamente as empresas estatais, em decorrência da concentração dos débitos (em torno de 83%) no setor público.



Empobrecimento que foi agravado pela queda do valor de nossas exportações (cujos preços desceram de um índice 100 para 68 nos últimos anos, enquanto as importações subiram para 150 segundo informações do Ministério da Fazenda).

O crescimento do endividamento (a dívida externa registrada, de longo prazo, passou de 5,3 bilhões de dólares em 1970 para 108 bilhões de dólares em 1986), ocorreu, contudo, por fatores completamente alheios aos interesses do povo e mesmo, em certa medida, à capacidade de decisão interna do país. O grosso dos débitos provém precisamente do pagamento de juros, contratados, grande parte, sob taxas flutuantes que foram elevadas por iniciativa unilateral do governo americano, empenhado em financiar o seu gigantesco déficit público (as taxas passaram de cerca de 6,3% em 1970 para mais de 20% em 1979 e 1980).

Os dois quadros publicados nesta página mostram o crescente peso dos juros no endividamento. O déficit comercial acumulado pelo Brasil entre 1970 a 1980 foi de 17,2 bilhões de dólares. Já a conta de serviços (composta principalmente do pagamento de juros e outras rendas de capital) apresentou um rombo de 42,3 bilhões de dólares no período.

Em 1981, o país volta a obter superávits comerciais, mas, não obstante o saldo acumulado de 43,6 bilhões de dólares até 1986, a dívida externa continuou a crescer, chegando no final do ano passado a 108 bilhões de dólares (montante que exclui os chamados débitos de curto prazo, atualmente em torno de 15 bilhões de dólares). Ou seja, o endividamento (fruto das regras impostas pelos monopólios no exterior ao comércio e ao fluxo internacional de capitais), como uma bola de neve, engordou alimentando-se de sua própria substância.

(Agnor da Silva e Umberto Martins)

A balança comercial

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
	(1)	(2)	(3) (1)-(2)
1970	2,7	2,5	0,2
	2,9	3,2	(0,3)
1972	4,0	4,2	(0,2)
1973	6,2	6,2	0,0
1974	8,0	12,7	(4,7)
1975	8,7	12,2	(3,5)
1976	10,1	12,3	(2,2)
1977	12,1	12,0	0,1
1978	12,7	13,7	(1,0)
1979	15,2	18,0	(2,8)
1980	20,1	22,9	(2,8)
1981	23,3	22,1	1,2
1982	20,2	19,4	0,7
1983	21,9	15,4	6,5
1984	27,0	13,9	13,1
1985	25,6	13,2	12,5
1986			9,6

FONTE: BACEN

CONTA DE SERVIÇOS: EVOLUÇÃO INCONTROLÁVEL DOS JUROS

SERVIÇOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
	VALOR US\$ milhões											
SERVIÇOS	3162,0	3763,0	4134,3	6037,2	7920,4	10152,0	13127,2	12082,5	13415,3	13074,2	12893,0	
RENDAS DE CAPITAIS	1732,7	2189,1	2558,6	4232,3	5542,2	7032,1	10290,3	13494,4	11008,0	11359,8	11190,8	
JUROS LÍQUIDOS	1498,0	1809,5	2103,2	2696,4	4185,5	6311,1	9179,0	11353,3	9555,4	10076,0	9588,7	
LUCROS E DIVIDENDOS (LÍQ.)	234,7	379,6	455,1	560,5	685,7	709,8	741,4	585,2	757,0	795,8	1059,3	1.500,0
LUCROS REINVESTIDOS (LÍQ.)				975,4	721,0	411,2	741,4	1555,9	694,8	488,0	542,8	
VIAGENS INTERNACIONAIS	350,0	304,3	173,8	186,3	234,2	241,2	165,3	845,4	392,0	150,4	375,14	
TRANSPORTES	948,2	969,0	971,6	1100,2	1418,0	1936,0	1671,3	1456,3	912,4	730,9	370,00	
SEGUROS	2,2	21,3	15,5	67,9	41,6	85,5	44,3	18,2	42,4	115,1	103,1	
GOVERNAMENTAIS, NÃO INCLUIDO EM OUTROS ÍTENS	34,3	68,7	67,9	73,9	73,6	112,1	99,6	122,2	111,1	125,6	177,7	
SERVIÇOS DIVERSOS (LÍQUIDO)	99,0	210,6	146,9	512,4	920,0	910,0	940,0	1300,0	949,9	592,4	676,0	



Betim: Metalúrgicos renovam sindicato

A CUT sofreu mais um duro revés no sindicalismo brasileiro. Desta vez foi nas eleições para nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG). A Chapa 2, formada por uma composição ampla de lideranças de fábricas e alguns dirigentes atuais da entidade, derrotou as outras duas chapas ligadas à central petista.

As eleições se deram em dois escrutínios. No primeiro, em meados de fevereiro, a Chapa 2 ganhou com 354 votos de diferença da Chapa 3 - a segunda colocada. A Chapa 1, que contava com a presença do atual presidente do sindicato, José Onofre, obteve apenas 419 votos.

Porém, para o segundo escrutínio, as chapas 1 e 3 se uniram contra a articulação vitoriosa. Todo o aparato nacional da CUT foi colocado nesta batalha. Jair Meneghelli, presidente desta central, foi às portarias da Fiat e da FMB fazer campanha da Chapa 3. Na FMB, inclusive, saiu escorçado pelos metalúrgicos, após levantar calúnias contra o encabeçador da Chapa 2 e trabalhador desta empresa, Edmundo.



Edmundo, o novo presidente de uma entidade de peso, que tem a Fiat na sua base sindical da Chapa 3.

Mesmo com tudo isso, a Chapa 2 saiu vitoriosa. Venceu as duas chapas da CUT juntas por 51 votos de diferença no segundo escrutínio - realizado nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro. Mais de 4.200 metalúrgicos votaram, numa base sindical que tem aproximadamente 15 mil operários.

"Esta não foi uma batalha



Edmundo, o novo presidente de uma entidade de peso, que tem a Fiat na sua base sindical

qualquer", comenta Eugênio, eleito vice-presidente da entidade. Para ele, "sabíamos da grande responsabilidade que tínhamos a nível nacional. Nossa tarefa era a de colocar no sindicato de Betim uma diretoria combativa, mas, ao mesmo tempo, ampla e não aparelhista, capaz de unificar todos os metalúrgicos nos grandes combates que travaremos contra os patrões e o governo".

Após vencer as eleições, a Chapa 2 promoveu uma passeata pelas ruas centrais de Betim, demonstrando a raça e a combatividade dos eleitos. "Aumento já, o povo quer mudar" e "trabalhador unido jamais será vencido", entre outras palavras-de-ordem, foram gritadas pelos manifestantes. "Agora é trabalhar muito", afirma Edmundo, o novo presidente deste importante sindicato. Segundo

informa, "os metalúrgicos têm grande expectativa em torno da nossa chapa. Esperam que finalmente consigamos levar o sindicato de forma unida e sem se vergar aos patrões. Tenho certeza que vamos conseguir. Junto com todos os trabalhadores brasileiros, lutaremos para conquistar dias melhores para nós e nossos filhos".

(da sucursal)

Marítimos param por aumento dos salários

A marinha mercante está completamente paralisada desde o último dia 28, quando os 40 mil marítimos do país decidiram entrar em greve. Eles reivindicam aumentos salariais diretos e indiretos que, em média, chegam a 275% (compreendendo a incorporação de benefícios que já são concedidos atualmente), de forma que as menores remunerações, dos taifeiros, passariam de Cr\$ 1.666,00 para Cr\$ 7.166,00, enquanto os salários médios dos trabalhadores de bordo subiriam de Cr\$ 3,2 mil para Cr\$ 9 mil.

O movimento deveria ser desfeito no dia 5. Mas, conforme o presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Maurício Santana, "a situação estava explosiva a bordo e a greve poderia ficar selvagem, por isto a antecipamos". Na terça-feira da semana passada a paralisação era geral, atingindo 151 navios. Apenas um cargueiro, o "Flamengo", não havia parado. Continuava, contudo, sem ter onde atracar.

O comando de greve advertiu as autoridades e o patronato que não há possibilidade alguma de retorno ao trabalho sem que haja uma resposta satisfatória às reivindicações dos trabalhadores. No entanto, pelo lado dos patrões, o clima não era propício de diálogo. O diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Sérgio Salomão, estava mais interessado em pedir a decretação da ilegalidade do movimento, alegando que o setor não pode fazer greve por estar incluído na categoria dos "essenciais".

Os novos desafios da CGT em São Paulo

No final de fevereiro, a CGT de São Paulo realizou o seu primeiro congresso estadual, que contou com a presença de 500 sindicalistas. Nas resoluções políticas aprovadas, predominaram as propostas mais avançadas. Mas, na eleição da nova Executiva da CGT, venceu uma chapa hegemônica pelas forças mais conservadoras do movimento sindical paulista.

A *Tribuna Operária* entrevistou Nivaldo Santana, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação, sobre os resultados deste congresso. Um dos poucos representantes das correntes progressistas da CGT eleito para nova Executiva estadual, Nivaldo também fez um balanço crítico do primeiro ano de atividades desta central em São Paulo.

TO: Este congresso ocorre no momento que a CGT completa um ano de vida. Qual a avaliação que você faz da atuação da central?

Nivaldo: Ela teve aspectos positivos e negativos. Entre os positivos se destaca o próprio fato de fundar uma central ampla e unitária no principal centro industrial do país. A concepção sindical que norteou o nascimento da CGT a nível nacional é correta. Ela se pretende uma central pluralista, que abrigue todas as correntes que atuam no meio sindical, e unitária - que defenda a mais ampla unidade dos trabalhadores na luta contra a exploração patronal. Por isso, a CGT serviu como instrumento para unificar e elevar o nível da ação dos sindicatos no Estado.

Quando nasceu, ela também se tornou uma alternativa para inúmeros sindicalistas que não concordavam com a prática anti-sindical e a política sectária da CUT. Até aquele momento, a central petista atuava praticamente sozinha em São Paulo.

Além disso, a CGT tomou algumas boas iniciativas. Ela participou e apoiou mobilizações e greves de várias categorias, sempre respeitando a autonomia dos sindicatos. Exemplo disso foi sua ação na greve dos metalúrgicos em 85, nas três paralisações dos metroviários no ano passado e na recente parada dos eletricitários.

"Nossa central tem muitas debilidades na ação sindical"

Também na greve geral do dia 12 de dezembro, a CGT estadual e os indicatos vinculados a ela jogaram seu papel. A maioria de suas principais bases sindicais aderiram ao protesto nacional. Inclusive, a ação da CGT foi mais eficaz do que a da CUT, que teve enormes dificuldades para paralisar suas bases na capital paulista.

TO: E os aspectos negativos, quais são?

Nivaldo: No meu entender, a CGT reflete o movimento sindical real existente no país. Ela espelha os longos anos de repressão militar, a estrutura sindical atrelada ao Estado e assistencialista e tudo mais que atrapalha o avanço do sindicalismo. Além disso, pelo fato de ser pluralista, de não discriminar nenhum sindicato ou diretoria, ela reúne sindicalistas dos mais variados matizes.

Exatamente por isso, a contradição no seu interior é muito grande. E, no estágio atual, a correlação de forças em São Paulo pende para os sindicalistas mais imobilistas e cupulistas. Eles ainda detêm o controle da maioria dos sindicatos e, conseqüentemente, da CGT. Como é sabido, para esses setores não interessa transformar a central numa entidade combativa, atuante e independente. O que eles querem é se manter no poder, continuar a usufruir das benesses da atual estrutura sindical.

Resultado disso, a nossa central vive grandes dificuldades em São Paulo. Ela nem sequer conta com a estrutura necessária para servir às lutas dos trabalhadores. Não temos uma sede própria, funcionando num pequeno escritório da CGT nacional. Isto, inclusive, é negativo do ponto de vista das iniciativas. A CGT estadual fica amarrada, presa às decisões da nacional. Também não possuímos carros de som, gráfica, uma equipe de assessoria suficiente para municiar nossas ações.

O que a gente mais sente hoje é a falta de iniciativas da central no Estado. A CGT não toma a dianteira no sentido de articular as campanhas salariais - pelo menos as das categorias que têm datas-base próximas. Ela não joga na união dos sindicatos para trocar experiências e encampar lutas conjuntamente. Até agora não desenvolveu nenhum esforço para criar suas regionais em todo Estado. Nem mesmo os sindicatos vinculados à CGT são filiados. Isso tudo dificulta a CGT ser forte, ser uma referência de luta para o conjunto dos trabalhadores



"A CGT deve se tornar uma referência de luta para todos os trabalhadores paulistas", segundo Nivaldo

paulistas.

TO: Diante desse quadro, como fica a situação dos setores mais progressistas da CGT? É possível imprimir novo rumo à central?

Nivaldo: Desde a fundação nós sabíamos dessas dificuldades. Mas, apesar disso, nós não atuamos com a necessária unidade das forças progressistas e de maneira mais aguerrida, independente. Pode-se dizer, sem errar, que as correntes mais avançadas têm sua cota de responsabilidade no fato da CGT estar débil em São Paulo. Muitos sindicalistas combativos inclusive se omitiram.

Acredito que a CGT ainda é o instrumento mais adequado para promover a unidade e fazer avançar a luta sindical no Brasil. Ficar de fora das centrais existentes seria se marginalizar da ação político-sindical em curso. Seria cair no puro corporativismo. Ir para USI não dá. Ela é a central da direita, de sobrevida dos piores pelegos. Ir para a CUT seria aceitar sua prática anti-sindical. Seria ser empagado no interior de uma central que não é sindical, mas sim ideológica, partidária.

Então, o certo é atuar na CGT. Mas atuar de forma diferente. Não ficaremos na CGT para ser esteio de visões cupulistas, imobilistas. Devemos, isso sim, construir uma corrente progressista no seu interior. Se ela é uma central pluralista, nada mais justo que congregarmos os sindicalistas mais avançados para poder intervir de forma mais organizada.

Esta corrente, este bloco de sindicalistas combativos, teria

o papel de comprometer a CGT com todas as lutas dos trabalhadores. Ela seria uma forte voz em favor da independência da central diante do governo e dos patrões, não permitindo que a CGT se tornasse uma entidade governista e conciliadora. Nessa luta, a corrente progressista demarcaria claramente os campos. Ela combateria as correntes ministerialistas e pelegas, que são saudosas do regime militar. Sem essa diferenciação a CGT pode perder a credibilidade e capacidade de dirigir o movimento sindical.

"Congresso reforça urgência de unir as forças combativas"

Além disso, essa corrente seria a principal defensora da unidade do movimento sindical. Unidade, inclusive com a CUT, que se dará na ação concreta. A greve geral do dia 12, convocada pelas duas centrais, mostra que isso é possível e promissor. Acredito que só assim, através da unidade na ação, é possível atingir a tão almejada reunificação orgânica do sindicalismo brasileiro. Só dessa forma podemos superar tanto a estreiteza de setores da CUT como o imobilismo de setores da CGT.

TO: Esse congresso da CGT não dificulta essa ação? As forças conservadoras saíram vitoriosas, aumentaram sua força, elegeram a direção...

Nivaldo: Isso é real. Esse congresso revelou uma contradição antiga da CGT. A plenária aprovou resoluções avançadas, mas elegeu uma direção atrasada. Só para ilustrar, os congressistas decidiram lutar pela

verdadeira suspensão do pagamento da dívida externa e até definiram um calendário de lutas. Enquanto os setores conciliadores e imobilistas, inclusive o pessoal do MR-8 e do PCB, faziam rasgados elogios à "moratória" do Sarney, os congressistas preferiram manter uma posição de independência. Saudaram a medida do governo, mas mostraram que ela é limitada. Além disso, fizeram duras críticas ao governo Sarney, que cede cada dia mais aos grandes capitalistas e latifundiários e ainda tenta agredir a soberania da Constituinte. Ou seja: uma postura correta, avançada.

Entretanto, na hora de eleger a direção da CGT estadual venceu uma articulação cupulista dos sindicalistas atrasados e imobilistas. As forças progressistas, por várias razões - inclusive a omissão e a ação desarticulada -, não apresentaram uma chapa mais avançada. Não tiveram forças. Tivemos que engolir uma chapa formada basicamente por dirigentes de federações que nunca fizeram nada para fortalecer a CGT. No meu entender, essa direção é mais atrasada do que a anterior.

É evidente que isso cria mais dificuldades para o avanço da CGT no Estado. Por outro lado, o resultado do congresso reforça a necessidade urgente dos sindicalistas mais avançados se articularem e criarem uma corrente independente no interior da CGT. caso ela não seja construída, de forma independente e com expressão de massas, a CGT pode se tornar um instrumento inoperante para os trabalhadores. Pode virar uma força candidata ao governo. O nosso papel é exatamente evitar que isso ocorra.

Gaseiros obtêm vitórias após 15 dias de greve

Depois de 15 dias de greve, os engarrafadores e entregadores de gás de São Paulo retornaram ao trabalho dia 27 de fevereiro. Apesar de todas as chantagens e pressões a que foram submetidos (inclusive a decretação da ilegalidade do movimento pelo Tribunal Regional do Trabalho, acompanhada pela ameaça de demissões por justa causa feita pelos patrões), os trabalhadores saíram vitoriosos. Conquistaram um reajuste salarial de 60%, sendo 40% retroativo a 1º de fevereiro (20% de aumento real mais 20% em função do gatilho da escala móvel) e 20% a título de antecipação do gatilho em março.

O piso salarial dos engarrafadores passou para Cr\$ 2.700,00, enquanto o dos entregadores é, agora, de Cr\$ 3.890,00. Ao lado disto, as empresas se comprometeram a descontinuar apenas seis dos 15 dias parados em três parcelas (dois dias a cada mês). Os patrões também garantiram que não irão promover retaliações, sendo que as dispensas não poderão ultrapassar a média que é considerada "rotineira ou normal". No período da paralisação quase 2 milhões de botijões de gás deixaram de ser entregues, sendo que 1.350 mil não foram produzidos.

Grileiros matam mais um posseiro em Xinguara (PA)

João Fernandes Bezerra, trabalhador rural e militante do PC do Bem Xinguara, no sul do Pará, foi assassinado a tiros, dentro de sua casa, por pistoleiros a mando dos fazendeiros Valdemar Carneiro e Piaza. O crime ocorreu no dia 25 de janeiro, sendo que João Bezerra foi levado para um hospital do município e faleceu dois dias depois.

O crime faz parte da escalada de violências dos grileiros na região e em todo o Estado do Pará. Valdemar e Piaza há muito que tentam expulsar os posseiros da fazenda Diadema, usando os métodos truculentos. No mês de outubro, Valdemar e mais dois policiais sequestraram um filho de 11 anos de João Fernandes Bezerra e obrigaram a criança a localizar o pai. Valdemar foi então levado para a delegacia, insultado, permanecendo um dia e uma noite preso, sem nenhum motivo legal.

Neuton Miranda, presidente do PC do B no Pará, denunciou a ofensiva dos latifundiários e condenou a cumplicidade da Polícia Militar com os abusos cometidos. Neuton mostrou que a chamada operação desarmamento posta em prática pela polícia na região tem sido uma "operação de saques e violências contra os posseiros". Segundo carta de José Alves de Paula, dirigente do PC do B em Xinguara, outros quatro militantes comunistas estão ameaçados de morte pelo fazendeiro Mamele de Sá.



Dando resposta ao artigo na última TO sobre as reformulações que estamos promovendo em nosso jornal, vários leitores nos enviaram cartas contribuindo para o debate. Nesta semana publicamos duas cartas de grande valia. Convocamos todos os nossos leitores à participação ativa!



Por uma "Nova Fase" da Tribuna mais opinativa

Atendendo ao pedido de colaboração com as reformulações que deverão ser feitas na Tribuna, gostaríamos de enviar algumas sugestões.

Seria interessante que, junto das matérias de caráter mais informativo, fossem incluídas seções de cunho marcadamente opinativo, como é feito de certa forma em algumas ocasiões. Seriam colunas fixas tratando sobre as diversas frentes de atuação, como a parlamentar, estudantil, sindical, mulheres, juventude, movimento de moradores...

também achamos que seria bom que se fizesse uma coluna que tratasse sobre os temas econômicos atuais, aplicando a economia política marxista, mostrando a sua atualidade. Outro ponto dos mais importantes é o de que o jornal destine um espaço para resenhas breves sobre os clássicos do marxismo ou outros livros que contribuam para a formação política. Esclarecer os assuntos, localizar o livro no tempo e mostrar sua

importância despertaria o interesse dos leitores em adquiri-lo. Algo como o que foi feito em relação ao "Anti Dhüring", na TO nº 300.

Quando ao nome do jornal acreditamos que deva permanecer o mesmo. Esse nome já tem uma tradição. Talvez poderia se acrescentar ao lado do atual logotipo da Tribuna os ditos "Nova Fase".

Em relação aos assuntos a serem tratados pelo jornal lembramos a importância da parte esportiva. Achamos que ela não deve se restringir ao futebol e outros grandes acontecimentos esportivos, mas tratar também da situação do esporte amador. Seria útil que se buscasse na área cultural uma equipe que se dedicasse a escrever e selecionar materiais para essa área, para que a página cultural tivesse um conteúdo mais profundo, sem a superficialidade que caracteriza alguns artigos. Incentivar o debate sobre a cultura deve ser a função principal dessa seção.

(César B. Filho, Santa Maria, Rio Grande do Sul)

Trabalhadores da informática discutem doenças profissionais

Realizou-se em São Paulo de 17 a 21 de fevereiro a 1ª Semana Estadual de Saúde em Processamento de Dados. Médicos, advogados, técnicos em segurança no trabalho e sindicalistas discutiram as principais doenças que afetam os 300 mil profissionais da área de informática do país. Durante o encontro foi lançado o manual "Doenças Profissionais em Processamento de Dados".



A tenossinovite é a doença que mais preocupa os digitadores

O evento foi organizado pelo Sindpd - SP (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) e pela Appd - SP. Segundo Rita de Cássia Gonçalves, diretora do Sindpd - SP, "este encontro foi um grande sucesso porque contou com uma grande participação dos trabalhadores".

Os profissionais em processamento de dados são vitimados por uma série de distúrbios na saúde, que vão desde as lesões por esforços repetitivos, problemas de coluna e da visão, até problemas genéticos e stress. Por ser uma profissão relativamente recente, estas doenças profissionais ainda são pouco estudadas.

As doenças mais comuns na área de digitação são causadas pelo trabalho repetitivo com mãos e dedos. Os digitadores - por exemplo - trabalham numa velocidade média de 18 mil toques por hora. São várias as doenças relacionadas com este

tipo de trabalho (tendinite, sinovite, bursite, tenossinovite) conhecidas como Lesões por Esforços Repetitivos (LER).

DOENÇA PERIGOSA

Atualmente a tenossinovite é a doença que mais preocupa os digitadores - calcula-se que 30% já foram atingidos por ela. Esta enfermidade se caracteriza pela inflamação dos tendões de dedos e mãos e pode deixar os dedos imóveis se não for feito tratamento a tempo.

De acordo com os levantamentos apresentados durante a 1ª Semana de Saúde em Processamento de Dados, existe um total desrespeito para com o bem estar físico do profissional

da área de informática. "Quando o trabalhador fica doente ele não é tratado para sarar, mas apenas para voltar ao trabalho", explica Rita de Cássia. Os padrões dispensam muito mais cuidados às máquinas do que ao profissional. Apenas um exemplo: as máquinas não podem ficar quentes e trabalham a uma temperatura de 15º C. e isso acaba com a saúde do trabalhador.

Como o trabalho traz uma série de riscos à saúde, a jornada de trabalho do profissional em processamento de dados é de seis horas diárias, com intervalos de 10 minutos para descanso a cada 90 minutos. Mas, segundo Rita de Cássia, "devido aos baixos salários, muitos trabalham em

dois empregos". Para ela "o sindicato luta para que as condições de trabalho sejam no mínimo adequadas para que o trabalhador não sofra doenças. Não queremos que o profissional venda a sua saúde, mas que preserve sua vida".

O MAIS EXPLORADO

"O digitador é o que trabalha mais, ganha menos e é mais pressionado" na opinião de Maria Zelinda Ruel, da Coordenação da Comissão de Saúde do Sindpd - SP. Ele executa um trabalho repetitivo e monótono que exige muita concentração, sofre pressão constante dos "chefes de produção, que os impede até de falar". Maria Zelinda relata que trabalhou sete anos numa empresa sem ter contato com seus colegas de trabalho. "Só conhecia as pessoas de meu turno. Eles estimulam a competitividade e não nos deixam conversar com os outros".

"Como resultado de toda esta exploração por parte do empregador" - explica o manual Doenças Profissionais em Processamento de Dados - "o trabalhador acaba adquirindo a doença, passando então a ser discriminado tanto pelos chefes como pelos colegas de trabalho por não ter condições de atingir os níveis de produção exigidos. Sofre o descrédito por parte dos chefes quanto à sua doença, alegando que é desculpa para não produzir. Sofre ainda o descaço por parte das empresas que não têm nenhum plano de reaproveitamento dos empregados lesionados".

Jânio ataca e o povo se manifesta

Com um decreto lavrado em estilo duvidoso, onde se auto-proclama o defensor do povo contra a "esquerda" e a "direita", o ex-presidente renunciante Jânio da Silva Quadros - atual prefeito de São Paulo - provocou um aumento de 1,33% no custo de vida dos paulistanos que ganham de 2 a 6 salários-mínimos, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Considerando-se que, em média, o trabalhador faz cerca de 4 viagens por dia, quase metade de um salário-mínimo fica por conta do transporte. O último aumento, de Cz\$ 1,50 para Cz\$ 3,50 promovido em dezembro já tinha sido justificado para cobrir custos operacionais das empresas. O de agora, 42,8% a mais sobre a tarifa, elevou o preço da passagem para Cz\$ 5,00, sob o pretexto de renovação da frota da CMTC.

O povo de São Paulo foi à luta mais uma vez exigindo a revogação do aumento. Afinal, o transporte coletivo, como os próprios ônibus veiculam em suas carrocerias, fruto de uma decisão da Câmara Municipal, "é um direito do cidadão e um dever do Estado", e não poder ser considerado mera fonte de lucros. Em São Mateus, Zona Leste, Vila



O dia municipal de Protesto Contra o Aumento das Tarifas foi comemorado com várias manifestações

Brasilândia, Zona Norte, e em vários bairros da Zona Sul da capital, inúmeras manifestações ocorreram, bloqueando o trânsito dos ônibus, promovendo o "pula-catraca", e até mesmo o apedrejamento daqueles veículos cujos motoristas se recusaram a participar.

Na campanha para a Prefeitura, em 1985, Jânio comprometeu-se com o eleitorado a lutar contra os "bandidos e assaltantes" - uma de suas principais bandeiras. Supostamente com este objetivo constituiu a chamada Guarda Metropolitana,

que tem servido, isto sim, para reprimir o povo de São Paulo. Em Santo Amaro, bairro da Zona Sul da capital, ela entrou em ação de forma violenta, ten-

tando dispersar a revolta do povo contra o aumento, no Largo Treze de Maio. Convocado por vários partidos políticos, como o PMDB, PC do B, PCB, PT, PV e PDT, realizou-se também na última semana de fevereiro um Dia Municipal de Protesto Contra o Aumento das Tarifas, no Parque D. Pedro II, reunindo centenas de pessoas.

Denunciar a burguesia

A TO é um jornal que traz todas as informações políticas que um operário precisa para se manter atualizado. Porém, para o operário que não tem consciência de classe e nem o hábito de ler, sua leitura torna-se difícil e o leitor não se vê estimulado a adquirir semanalmente um exemplar.

Para criar interesse neste segmento de operários sugiro criar uma história em quadrinhos publicada em capítulos.

Cada capítulo deveria ter uns dez quadros. O ideal seria criar um personagem próprio. O enredo das histórias deveria refletir a vida e a luta dos trabalhadores.

Outra sugestão seria criar uma "coluna social" onde se mostraria as extravagâncias da burguesia, dando ênfase nos gastos destes eventos, comparando-os com o salário-mínimo. (Mário Silvério Dias, São Paulo, SP)

Estudantes lutam para barrar aumentos

Os estudantes das escolas particulares tem se mobilizado contra o aumento abusivo das mensalidades escolares. De um lado estão os donos de escola que tudo fazem para conseguir aumentos ainda maiores e manter seus altos lucros e de outro lado está o Ministério da Educação que faz vista grossa a estes abusos. O MEC cede diante da pressão dos poderosos donos de escola e concede aumentos de mensalidades ainda maiores.

Na semana passada o MEC anunciou que quando fosse disparado o gatilho salarial para os professores, este índice poderia ser repassado para as mensalidades. Ou seja, agora os patrões usam os professores como bode

expiatório para suas manobras.

A UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) de São Paulo está realizando assembleias e orientando os estudantes a fazer os cálculos das mensalidades e organizando o boicote no pagamento quando os carnês vierem com mais de 35% de reajuste na semestralidade.

PROTESTO NAS RUAS

O descontentamento dos estudantes salta as paredes das salas de aula para ganhar as ruas e denunciar à população esta exploração. No dia 24 de fevereiro, no bairro de Santo Amaro, realizou-se uma grande

assembleia com a presença de alunos do Colégio Radial, Dimensão e Santa Inês. Em seguida, aproximadamente 900 estudantes saíram em passeata pelas ruas e fizeram o enterro simbólico do MEC e dos donos de escola.

Ainda no dia 24, os estudantes do Colégio Pré-Pan, no centro da capital, saíram às ruas em resposta à intransigência dos donos de escolas. No dia seguinte três estudantes da comissão de negociação foram suspensos. Dia 26, durante a nova assembleia, policiais invadiram a escola e retiraram à força Nara Guisoni (de apenas 14 anos), Alexandre Rosa, ambos da diretoria da UMES, e mais a estudante

Dalva, levando-os para o 5º Distrito Policial.

Em São Miguel Paulista, na Zona Leste, os estudantes do Colégio Cruzeiro do Sul uniram-se aos universitários da faculdade do mesmo nome, fizeram uma passeata no dia 25 com cerca de mil pessoas para barrar o aumento das mensalidades. No outro dia o presidente da UMES foi agredido a socos e pontapé pelo dono da escola, quando junto com uma comissão de alunos entrava na escola para dialogar com ele. Após nova assembleia os estudantes decidiram boicotar o pagamento das mensalidades.

(Gelson Silva, presidente da UMES de São Paulo)

Os funcionários públicos de Osasco em greve por 100%

Os funcionários públicos de Osasco, ao que tudo indica, estão excluídos dos planos do prefeito Humberto Parro no sentido de valorizar sua administração: muitos recursos têm sido aplicados na divulgação, principalmente através da TV, dos eventos promovidos pela Prefeitura - como o aniversário da cidade. Entretanto, pouca sensibilidade e uma superdose

de intransigência é o que a administração tem oferecido à comissão de negociação dos funcionários em greve por melhores salários. A partir da deflagração do movimento no último dia 23 de fevereiro, após várias tentativas de estabelecer um acordo negociado, a adesão atingiu 100% da categoria. A Prefeitura está sob comando dos grevistas, que apenas mantêm os serviços

absolutamente imprescindíveis à vida da cidade.

A reivindicação dos grevistas é de 100% sobre o salário de janeiro sem o desconto dos 20% de antecipação já concedido. O Prefeito contrapropôs apenas 10% de aumento, inviabilizando qualquer acordo. Os manifestantes não se desmobilaram e

no carnaval saíram às ruas com o bloco "do 100%", as alas "Tem que ser agora" e "É pra valer". O nível de organização dos funcionários que contam 8 mil em 300 unidades espalhadas por todo o município, tem sido exemplar, reunidos em diversas comissões de trabalho, incluindo a fundo de greve sendo previsto um longo período de

Publicity for Tribuna Operária newspaper, listing contact information for various branches across different cities like São Paulo, Rio de Janeiro, and others.

Advertisement for CDW (Central de Distribuição de Trabalho) featuring a large graphic and text about job distribution services.



Carnaval com garra



O desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro, expressão maior do carnaval carioca, vivenciou ao longo de sua história momentos que vão desde a ostentação nos anos 20, a ascensão dos anos 70 até a denúncia e o posicionamento político atuais.

O desfile das escolas de samba acompanhou e de certa forma espelhou os diversos períodos de nossa história, vista a partir da ótica do "grande centro cultural" do Rio de Janeiro. Caracterizadas como uma atividade marginal até o final da década de 20, quando ao preto se associava o samba e aos dois a criminalidade, é só por volta de 1934 que as escolas, já mais estruturadas e organizadas, conquistam a legalização dos seus desfiles. Começa aí a ascensão que culminaria nos anos 70, reformulando-se esteticamente, assumindo papel fundamental na economia carioca através do turismo. Desta maneira, a estrutura e, em algumas escolas, as próprias raízes de resistência e contestação satírica ficaram comprometidas.

Após o golpe de 64, dentro da visão do "Brasil Grande", os militares resolveram investir também no carnaval e em especial nas escolas de samba, já então consagradas como a principal atividade turística do Rio. A princípio, apesar de todas as tentativas de intervenção do regime, de um modo geral as escolas resistiram à visão triunfalista, como também à nivelação ou anulação das contradições existentes entre o "pessoal do morro" e o "da Zona Sul". Quase sempre o samba e o enredo exaltavam um personagem histórico ou relevante para a escola ou se debruçavam sobre problemas sociais.

A exceção aconteceu com o enredo "Brasil ano 2000" da Beija Flor de Nilópolis, em pleno reinado de Médici, exaltando a Transamazônica e seu idealizador, o então ministro coronel Mário Andreazza. Com todo o luxo, a Beija Flor não conseguiu ultrapassar o sétimo lugar, inviabilizando



um caminho perigoso de total subserviência ao regime. Mas foi, sem dúvida, nos anos 70 que ocorreram as grandes transformações na forma e no estilo das escolas.

Compatível com o clima criado pelo regime dominante, a ostentação, os carros alegóricos, o luxo passaram a ser a tônica dos desfiles. A leveza, a maestria dos pés, a agilidade foram substituídas a cada ano pela supremacia do impacto, da imponência e das grandes fantasias de luxo. Cada vez mais delimitado o papel dos desfiles, com a competição e a necessidade de impressionar os jurados, o folião se vê como uma massa compacta obedecendo

regras coreografadas. É a famosa frase de Joãozinho Trinta, "Pobre gosta de luxo. Quem gosta de miséria é intelectual", exatamente o oposto do que o povo vive no seu dia-a-dia.

A vontade de participação, da contestação coletiva, a crítica de costumes, foi a marca dos últimos carnavais. Já no início dos anos 80, há uma adequação de comportamentos nas escolas. A Império Serrano entra na avenida denunciando a descaracterização do carnaval com o seu "Bum Bum Baticumbum Purungundum" e nos versos "... super escolas de samba S.A., superalegorias, escondendo gente bamba, que,

covardia". Questionou a pomposidade que tira "o pé de samba" do asfalto.

Contestação coletiva é a marca dos carnavais

Com a abertura do carnaval ocorrido na sexta-feira, o Sambódromo recebeu durante três dias milhares de pessoas para assistir o que se denominou o "maior espetáculo da Terra". A tônica usada pelos carnavalescos das diversas escolas girou em torno da exaltação para construir seus enredos e alegorias. A Imperatriz Leopoldinense exaltou Dalva de Oliveira; o Reino das Palavras - homenagem a Carlos Drummond de Andrade, feita pela estação Primeira de Mangueira, acabou arrebatando o primeiro lugar, sagrando-se bicampeã do carnaval carioca.

O Plano Cruzado, a situação política e social também inspiraram grandes enredos e sambas, como a Unidos da Tijuca, com "As três faces da moeda"; "... Não sei o que aconteceu com o Plano Cruzado, Tava tudo congelado. Acho que derreteu". Tem ainda a União da

Ilha do Governador com o enredo "Extra, Extra".

A Império da Tijuca, com custo total de Cz\$ 6 milhões, colocou na avenida, como bem definiu o carnavalesco da escola, José Félix, "um hino à resistência", já que hoje "não há uma escravidão aberta, mas ainda andamos de correntes". Baseada no livro de autoria de João Ubaldo Ribeiro, "Viva o povo brasileiro", a escola - fundada em 1940 - saiu com 3.200 componentes, e criou o enredo em cima das diversas lutas travadas contra o colonizador desde o século XVII.

A Escola de Samba São Clemente, fundada em 1961, foi buscar no livro antológico de Jorge Amado, "Capitães de Areia", inspiração para o samba e o enredo dos "Capitães do Asfalto". Os autores Isaias de Paulo, Jorge Moreira e Manuelzinho Poeta, mostram a situação caótica em que vive o menor abandonado e as opções e apelos de uma sociedade que ao mesmo tempo cria canais de perversão, de controle e repressão. Referindo-se aos órgãos governamentais, mostra a semelhança entre o extinto SAM (Serviço de Assistência ao Menor, criado em 1941) e a Funabem (criada em 1964 no lugar do SAM). Segundo a ex-presidenta da Funabem, professora Ecléa Guazelli, "na sede do Rio as crianças são espancadas e torturadas, gerando problemas de

conduta sérios. Ao sair ou fugir da Funabem, o menor sem dúvida é um infrator". É exatamente a essas crianças que a escola dedica a maior parte do seu enredo.

Fundada em 1949, a Escola de Samba Caprichosos de Pilares é quem, nos últimos carnavais, melhor tem feito a crítica da situação brasileira, tão bem conhecida pelos seus mais de 3.500 componentes, quase todos habitantes das favelas de Pilares. Desde 82 o carnavalesco da escola, Luiz Fernando, é o grande responsável pela concepção do enredo.

Com o enredo "Um cardápio à brasileira", foi a *hors-concours* do carnaval de 1983, e no ano seguinte ficou com terceiro lugar com a "Visita da nobresa do riso a Chico Reim num palco nem sempre iluminado". Mas foi no ano passado que a Caprichosos se tornou nacionalmente conhecida e cantando Brasil com Z Jamais", numa crítica contundente à dominação estrangeira.

Vicente Dattolo, vice-cultural e na escola desde 76, concorda que no ano passado, apesar do samba e do enredo dar esse reconhecimento nacional à escola, "foi também o ano que mais se trabalhou a técnica, e isso tirou a leveza das pessoas que sempre saíram soltas, fazendo com que a escola chegasse em nono lugar. Muita gente chorou, desde a diretoria até o passista que entrou neste ano, porque samba e escola é questão de sangue e de emoção".

De acordo ainda com Dattolo, tanto o samba quanto o enredo deste ano são questionamentos do alinhamento do povo do esquema de poder, além de cobrar promessas feitas durante a campanha eleitoral. E o segredo da escola é a constante preocupação com a comunidade.

Os quadros de divídem. Em primeiro lugar, a busca da democracia, onde a comissão de frente é o deputado Justo Veríssimo (personagem de TV) que quer acabar com a pobreza exterminando os pobres. Neste quadro, com muita cor, a escola mostrou algumas lutas como a Inconfidência Mineira, a Guerra dos Farrapos e a busca constante da democracia.

Caprichosos satiriza a situação política

No segundo quadro, a escola retratou a Velha e a Nova República. Enquanto o presidente Sarney busca esvaziar o Congresso para que não seja votada a soberania da Constituinte, a Caprichosos de Pilares pergunta na ala Nova República: "Será que só o nome é que vai ser novo?"

Despontam as alas das lutas do índio, do negro e da mulher. De acordo com a presidenta da ala "Luta e liberdade da mulher", tem havido "uma procura enorme das mulheres e homens para desfilar nesta ala".

Finalmente, há o quadro inspirador do enredo: as promessas demagógicas. Ai são retratadas as necessidades prementes do povo e como delas se aproveitam a grande maioria dos políticos nas vésperas de eleições. A ala da Educação mostra que existem cerca de 20 milhões de analfabetos. Reforma agrária, moradia, saúde, foram temas cobertos por outras alas. Os deputados Edmilson Valentin (constituente) e Jandira Feghali (estadual), do PC do B, com muito bom humor caíram na folia, na ala sobre o desemprego.

O carnaval do Rio deste ano demonstrou toda a fragilidade de um espetáculo caro e destinado essencialmente a turistas, menosprezando o folião carioca. Carnaval é uma manifestação cultural, e deve ser vista e tratada como tal. Através da cultura, o povo também mostra o que pensa e o que pretende.



Manguieira, bi-campeã em 1987, e a sátira política na comissão de frente da Caprichosos de Pilares



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Graciano

(Jardina Aristoteles, Rio)